

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
NA CIDADE DE JUÍNA MT

Autora: Natanielly de Paula Freitas

Orientadora: Profª Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite

JUÍNA/2016

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANALISE DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
NA CIDADE DE JUÍNA MT

Autora: Natanielly de Paula Freitas

Orientadora: Profª Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite

“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Pedagogia do Instituto Superior de Educação da AJES, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia”.

JUÍNA/2016

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Clódis Antônio Menegaz

Prof. Me. José Natanael Ferreira

ORIENTADORA

Prof^a Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me conceder saúde e muita força para começar e terminar esta árdua caminhada que se chama graduação. Durante este percurso, pude aprender e compreender várias coisas sobre a vida, uma delas é que muitas vão ser as pessoas que querem te derrubar, puxar seu tapete para que você não consiga alcançar seus projetos, mas, durante essa luta você poderá contar com pessoas que te amam e acreditam em você e, principalmente, a benção de Deus para lhe proteger.

E acredite: isso faz toda a diferença.

Nesse propósito, agradeço imensamente aos meus pais Braz Azevedo de Freitas e Maria Lucia de Paula Freitas, meus irmãos Jecielli de Paula Freitas e Vagner de Paula Freitas, aos meus filhos Gabriella de Paula Freitas Aragão e Vinícius de Paula Freitas Canguçu e ao meu esposo Ezequiel Bento Canguçu que suportaram e compreenderam minha ausência todas as noites e em muitos finais de semanas.

Agradeço, imensamente, a professora Denise Peralta Lemes, que em meio a tantos outros acadêmicos olhou para mim acreditando que sou capaz de vencer e realizar todos meus sonhos. Professora Denise, meu carinho pela senhora é imenso; obrigada por me fazer levantar a cabeça e prosseguir. Ao professor Claudio Silveira Maia, que também sempre acreditou em meu potencial e me incentivou a procurar sempre mais para minha formação. A professora Aline Fernanda Ventura Sávio Leite, por me orientar e entender, diversas vezes, que com apenas um simples olhar consegue acalmar minhas aflições.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas Angélica Oliveira, Dirléia Barreto Feitosa Pereira, Graciele Ribeiro Ferreira, Maria Eliane Costa Maciel e Tatiane Carneiro Cardoso, por estarem sempre comigo, e pela amizade que construímos durante esta caminhada.

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus filhos Gabriella de Paula Freitas Aragão e Vinícius de Paula Freitas Canguçu, que são a razão de meu viver, a alegria de todos os meus dias e a força que faz com que eu prossiga e conquiste meus projetos de vida com o propósito de poder oferecer uma vida melhor a eles.

Mensagem

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela

RESUMO

A educação brasileira, desde seus primeiros passos, vem passando por momentos que precisam ser analisados e discutidos pela sociedade. A educação é amparada pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, contando com diversos programas suplementares como o Programa Mais Educação- PME e Escola de Tempo Integral que visam oferecer ensino de qualidade a todos os alunos. No entanto, mesmo sendo esses programas respaldados pela legislação vigente, apresentam lacunas que necessitam ser vistas e trabalhadas em prol da formação integral do cidadão, uma vez que a educação está interligada com todos os outros campos da vida social. O Programa Mais Educação, assim como a Escola de Tempo Integral, foram implantados para diminuir a evasão escolar e possibilitar aos alunos de baixa renda a terem melhores condições de estudo, cultura e lazer. Os trabalhos a serem desenvolvidos são norteados por meio de oficinas como, por exemplo: dança, artesanato, natação, dentre outros. Diante do exposto este trabalho tem como objetivo entender o porquê de as oficinas do Programa Mais Educação não terem sido trabalhadas em uma Escola de Tempo Integral localizada no Módulo cinco (5), na cidade de Juína, no Estado de Mato Grosso. Para responder a esta questão optou-se por realizar uma Pesquisa de abordagem qualitativa “Exploratória” e “Pesquisa de Campo”. Os resultados apontam que a Educação na Escola de Tempo Integral é assegurada pela legislação vigente, porém, as oficinas não são desenvolvidas devido à falta de estrutura física, e à falta de conhecimento por parte dos profissionais da educação diante desse novo modelo de educação integral.

Palavras-chave: Educação Integral. Programas governamentais. Qualidade.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evasão Escolar	62
Gráfico 2 - Opinião dos Pais.....	63
Gráfico 3 - Sucesso da Escola de Tempo Integral.....	64
Gráfico 4 - Rendimento Escolar	65
Gráfico 5 - Formação cidadã e Profissional.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Macrocampos e atividades do Programa Mais Educação	30
Tabela 2 - Matriz Curricular Escola Período Integral	34

LISTA DE SIGLAS

PME	- Programa Mais Educação
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
USAID	- United States Agency for International Development
INEP	- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
UNE	- União Nacional de Estudantes
SECAD	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEB	- Secretária da Educação Básica
PDDE	- Programa Dinheiro Direto na Escola
FNDE	- Fundo de Desenvolvimento da Educação
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
PDE	- Plano de Desenvolvimento da educação
MT	- Mato Grosso
PME	- Plano Municipal de Educação
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FPE	- Fundo de Participação dos Estados
FPM	- Fundo de Participação dos Municípios
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BREVE SÍNTESE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	13
3 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	28
4 ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL.....	37
5 METODOLOGIA	41
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO	44
6.1 CATEGORIAS DE QUESTIONÁRIOS.....	48
7 CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS	81

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a administração do Município de Juína, localizada no noroeste do Mato Grosso tem desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação e Cultura - MEC, a implantação de programas governamentais na área da educação para aprimorar o ensino fundamental, direcionado aos alunos de seis a 14 anos. Esses programas são denominados Programa Mais Educação- PME e Escola de Tempo Integral, que possuem como objetivo incentivar as atividades complementares que ampliam a jornada escolar dos alunos da rede pública, buscando a melhoria no ensino e diminuir a evasão escolar e levar cultura e lazer às escolas que se encontram com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB¹.

A proposta de Educação Integral vem ao encontro com as necessidades locais, no entanto, é preciso rever alguns critérios para que esses programas tenham frutos. Essa deverá ser uma discussão que envolva toda a comunidade escolar: pais, alunos, professores e equipe da Secretaria de Educação e Cultura. A priori, deve ser analisada a estrutura escolar, levando em consideração que os alunos passam a maior parte de seu dia na escola. Assim sendo, a escola deve ser um lugar prazeroso e aconchegante.

Procura-se responder nesta pesquisa às seguintes questões:

- Como se estabeleceu o processo histórico da educação brasileira;
- O que é o Programa Mais Educação e Escola de Tempo Integral;

IDEB-é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ideb-sp-1976574996> Acesso em 26 maio 2016).

- Porque as oficinas propostas no Programa Mais Educação não são realizadas na Escola Tempo Integral em uma escola no Município de Juína.

Apresenta-se como objetivo geral entender o porquê de as oficinas do Programa Mais Educação não terem sido trabalhadas na Escola de Tempo Integral em uma escola municipal do Módulo cinco no Município de Juína MT.

Sendo os objetivos específicos identificar dentro de uma breve síntese a história da educação brasileira e mostrar a legislação e a metodologia do Programa mais Educação e da Escola de Tempo Integral.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de entender como funciona uma Escola de Tempo Integral no Município de Juína e porque ela não se efetiva na prática, ou seja, quando essa escola trabalhava no contra turno com o Programa Mais Educação eram realizadas somente oficinas e reforço de Português e Matemática, no entanto, quando essa escola passa a ser Escola de Tempo Integral seu currículo na prática não muda. Adicionaram nessa matriz curricular algumas disciplinas como: Saúde e Meio Ambiente, Empreendedorismo, Informática Atividades Artísticas Culturais, disciplinas que se encontram dentro dos macrocampos propostos pela Educação Integral, porém, essas aulas são desenvolvidas dentro de sala de aula, não havendo diversificação e nem oficinas no contra turno escolar.

Para responder a estes questionamentos optou-se por desenvolver Pesquisa de abordagem qualitativa exploratória e de campo.

No primeiro capítulo apresenta-se uma breve síntese da História da Educação Brasileira, posteriormente, no segundo capítulo, mostra-se como se realizou a implantação do Programa Mais Educação e a Escola de Tempo Integral. Nos terceiro e quarto capítulos apresentam-se a metodologia e as análises e discussões, assim, respectivamente, e no quinto capítulo serão apresentado as considerações finais.

2 BREVE SÍNTESE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira encontra-se, ainda nos dias atuais, caminhando em passos lentos, muitas são as tentativas governamentais para oferecer igualitária e qualidade para toda a sociedade.

É relevante iniciar esta discussão com uma síntese do processo histórico da educação brasileira, que se iniciou com a chegada dos padres jesuítas. Muitos foram os retrocessos e avanços nesse processo, mas, nesse trabalho, serão destacadas apenas alguns dos principais acontecimentos na educação brasileira.

De fato, desde o descobrimento do Brasil, em 1500, a educação brasileira passou por momentos de conquistas e perdas no que tange à qualidade do ensino. Desta forma, é nítido que a educação que se tem hoje ainda busca seu espaço em direção a uma educação que garanta a eficácia no ensino e seja capaz de interferir na sociedade. (GHIRALDELLI, 2001).

Segundo Piletti e Piletti (1990), o processo histórico de educação brasileira começa com a vinda da Companhia de Jesus ao Brasil, Companhia essa que foi fundada por Inácio de Loyola (1491-1556). Essa companhia foi criada quando os fiéis (burguesia e reis) da Igreja Católica se revoltaram contra suas ações que, entre tantas se destacava a venda de indulgências² nascia naquele momento a Reforma Protestante.

No século XV, a burguesia e a realeza buscavam cada vez mais o poder e riquezas, no entanto, esse ato era condenado pela Igreja, embora ela mesma tivesse grandes riquezas e propriedades. Dessa forma, nasce a revolta contra a Igreja Católica, pois segundo (APOLINÁRIO, 2007, p.110) “tais mudanças foram fundamentais para que as críticas se transformassem em rupturas e levassem a reforma religiosa do século XVI”. Inácio de Loyola, observando que a Igreja perdia seus fiéis, fundou, então, a Companhia de Jesus, que buscava, através da educação missionária, conquistar novos fiéis.

² Em 1517 o papa Leão X decretou a venda de indulgências, que assegurariam o perdão dos pecados de uma pessoa em troca de uma quantia de dinheiro. O dinheiro seria usado no término da construção da basílica de São Pedro, em Roma (APOLINÁRIO, 2007, p.110).

A Reforma Protestante teve início no século XVI, quando o monge alemão Martinho Lutero se revoltou contra as ações da Igreja Católica. Nesse sentido, Silveira (2007, p.26) sustenta que:

Sob a **influência de Martinho Lutero**, os quatro pilares da Reforma Protestante do século XVI – Solo Christo, Sola Fide, Sola Gratia e Sola Scriptura - passaram a figurar os ensinamentos de que a salvação, a justificação, acontece Somente por Cristo (não mais junto com Maria), Somente pela fé (não mais pelas obras), Somente pela graça (não mais pagando) e Somente pelas Escrituras (não mais pela tradição e nem pela interpretação da Bíblia que a direção da igreja ensinava) (**grifo meu**).

Em 1549, os jesuítas abarcaram para o Brasil, juntamente com o primeiro Governador dessa colônia, Tomé de Sousa. A Companhia de Jesus chefiada pelo Padre Manoel de Nóbrega³, tinha como objetivo expandir a fé cristã e a educação dos povos nativos, tentando conquistar novos fiéis para a Igreja Católica. Nesse intuito, “ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus” (PILETTI E PILETTI, 1990, p. 135).

Nesse sentido, Rossi, (2009) observa que:

Falar de **educação** na sociedade **colonial brasileira** é falar de como os homens se educavam, os **valores e virtudes** a serem favorecidos, os vícios a serem evitados, os saberes considerados fundamentais para o exercício da vida comum ou da vida letrada, tudo isso em meio a um contexto em que o Brasil, enquanto nação, não existia ainda, pois **predominavam a política, a economia, a cultura portuguesas**. (p.32, **grifo meu**).

Os jesuítas possuem grande importância no processo histórico da educação brasileira. Com a vinda dessa Companhia para o Brasil, começam os primeiros passos da história da educação brasileira. Ao se instalarem com suas caravanas, primeiramente em Salvador, onde chegaram em 1549, e rapidamente por diversas partes do território brasileiro, vão transformando o estilo de vida tropical em europeu (SILVEIRA, 2007).

³ Manoel da Nóbrega nasceu na região do Minho, em Portugal, em 1517. Estudou nas universidades de Salamanca e Coimbra. Entrou para a Companhia de Jesus em 1544, três anos após formado. Em 1552 saiu da Bahia e veio para São Paulo, onde fundou o Colégio São Paulo na aldeia de Piratininga, a futura cidade de S. Paulo. Morreu no Rio de Janeiro em 1570. (GHIRALDELLI JR, 2001, p.13).

A catequização dos povos nativos (indígenas) se deu por meio da leitura e escrita. Nesse intuito, para atrair as crianças nativas, os Jesuítas colocavam crianças para desempenhar esse papel. Para Piletti e Piletti (1990, p.135 e 136), “só seria possível catequizar os índios, os filhos dos senhores de engenho, os colonos e os escravos convertendo-os a fé católica se primeiramente esses soubessem ler e escrever”. Assim, surgiu a escola de primeiras letras no Brasil.

Nessa época, o ensino era destinado somente aos filhos dos colonos, do sexo masculino, pois, nesse período, a educação feminina era voltada somente as “boas maneiras e prendas domésticas” (TRINDADE, [200?]).

A Companhia de Jesus também foi a responsável pela criação dos ensinos secundário e superior no Brasil, com o objetivo de formação religiosa, porém, os filhos da elite se viam obrigados a estudarem nesse sistema de ensino voltado para a religião, pois eram os únicos colégios disponíveis (GHIRALDELLI JR, 2001).

Conforme as pertinentes ideias de Trindade ([200?]), desde o período colonial já se observava a discrepância entre as classes sociais, visto que a educação que visava um ensino mais rigoroso e preparatório para as universidades era destinada à formação da elite.

De acordo com as palavras de Piletti e Piletti (1990, p.136), o ensino secundário abrangia três cursos, sendo eles: “o curso de Letras, Filosofia e Ciências, já os cursos superiores eram destinados às disciplinas de Teologia e Ciências Sagradas, voltados para a formação de sacerdotes”. Além das escolas de primeiras, letras a Companhia de Jesus organizou mais uma forma de se manter no poder no que se refere a educação, e elaborou um plano de ensino denominado “*Ratio Studiorum*”⁴. Esse sistema era uma forma de organização dos estudos utilizado pela Companhia de Jesus.

Os jesuítas foram os precursores da educação movidos pela fé cristã e sentimentos religiosos. Após a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal⁵, a

⁴ O *Ratio Studiorum* era a organização e plano de estudos da Companhia de Jesus (1599), baseado na cultura européia. Consistia de aulas elementares de Humanidades, Filosofia (Artes), e Teologia, possibilitando a obtenção dos títulos de bacharel, licenciado e mestre em artes (TRINDADE, [200?], p. 2).

⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e, em seguida, transformado em Marquês de Pombal (1699-1782), foi Primeiro Ministro de D. José I. Marcou o século XVIII e o absolutismo régio através de uma política de concentração de poder com o objectivo de restabelecer a economia nacional e resistir à forte dependência desta relativamente à Inglaterra (GHIRALDELLI, 2001, p.14).

Educação Brasileira entrou em declínio e rupturas. Diante desse novo contexto, estabeleceu-se no Brasil as aulas régias⁶ de Latim, Grego e de Retórica, que, segundo Piletti e Piletti, (1990, p.137) “nem de longe chegaram a substituir o eficiente sistema de ensino organizado pela Companhia de Jesus”.

Esse novo momento da educação, as aulas régias⁷, ficou conhecido como a Reforma Pombalina, devido à expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal. Para Aranha (2006, p.175), ao “expulsar os jesuítas, instituiu naquele mesmo ano a educação leiga, com responsabilidade total do Estado”, ou seja, educação voltada para o ensino pedagógico e não mais para a catequização.

Nesse momento educacional, com a educação sendo responsabilidade do Estado, o ensino passa a servir aos interesses de quem governa, deixando de ser voltada aos interesses da Igreja, passando a ser mais próximas dos ideais iluministas⁸, buscando-se um ensino pedagógico. (GHIRALDELLI JR, 2001).

A educação brasileira, após a expulsão dos padres jesuítas, passa a ser definida através do conhecimento intelectual, e não pelo viés religioso. Porém, após a expulsão dos jesuítas, o ensino brasileiro entrou em rupturas, pois, “deixam de existir, repentinamente, dezoito estabelecimentos de ensino secundário e cerca de 25 escolas de ler e escrever” (PILETTI E PILETTI, 1990. p.139).

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, mudou o cenário da educação brasileira. Nesse tempo, a França liderada por Napoleão Bonaparte decide invadir Portugal. Por este motivo, a Família Real decidiu vir para o Brasil. Após a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, o Brasil passou a ser sede do reino português. D. João VI criou alguns cursos profissionalizantes, Academias

⁷ Eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. Ou seja: os professores, por eles mesmos, organizavam os locais de trabalho e, uma vez tendo colocado a “escola” para funcionar, requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho do ensino (GHIRALDELLI JR, 2006, p.27)

⁸ O século XVIII conheceu várias revoluções. A Revolução Industrial, a Revolução Francesa e também a Revolução Intelectual. O auge da Revolução Intelectual em Filosofia se deu com o Iluminismo, também chamado de “Ilustração” ou “Filosofia das Luzes”. Esse movimento iniciado na Inglaterra e rapidamente difundido pelo norte da Europa, condenava o Antigo Regime, combatendo assim o absolutismo monárquico, que era considerado um sistema injusto por impedir a participação burguesa nas decisões políticas e impedir a realização de seus ideais. Combatia também o mercantilismo, que impedia a livre iniciativa e o desenvolvimento espontâneo do capitalismo e, o poder da igreja, pois esse poder baseava-se em verdades reveladas pela fé. Isso se chocava com a autonomia intelectual defendida pelo racionalismo iluminista (SILVA et al, 2001, p.8).

Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. O ensino do império foi dividido em três níveis: primário, secundário e superior. (GHIRALDELLI JR, 2001).

O ensino primário ou elementar ficaria destinado à população rural, sendo essa, até esse momento, a população mais predominante. O ensino secundário estaria voltado a uma educação preliminar ao ensino superior, ficando ainda mais propedêutico quando, em 1837, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Colégio D. Pedro II. Sob o poder da Coroa, esse colégio servia de padrão aos demais e visava uma educação elitista. Já o ensino superior que o Brasil oferecia era mais uma vez voltado aos interesses da Coroa, visto que esse ensino visava formar oficiais para o exercito e marinha, com o propósito de defesa para a colônia brasileira (ARANHA, 2006). No entanto, esse novo modelo de educação que D. João VI implanta no Brasil nada mais vinha a atender do que seu próprio interesse e necessidades de governo, pois o ensino primário, assim, como o ensino profissionalizante perdia espaço para os cursos secundários e superiores, que por sua vez passaram a ser privilegiados pelo governo (ARANHA 2006).

Nessa perspectiva, o período Joanino foi um marco no processo de educação, ganhando avanços consideráveis que possibilitou o crescimento educacional no Brasil daquela época. No entanto, esses avanços eram elitistas.

Surge o período imperial (1822-1888), marcado pela volta da Família Real para Portugal, pela Proclamação da Independência em 1822, por D. Pedro I, que assume o trono, e pela primeira Constituição Brasileira de 1824 (GHIRALDELLI JR, 2001).

Na Constituição de 1824, segundo (ARANHA, 2006, p.222) “mantiveram-se o princípio de liberdade de ensino sem restrições e a intenção de instrução primária gratuita a todos os cidadãos”. No entanto, embora essa Constituição abordasse em seu texto um sistema nacional de educação, isso não acontecia na prática, devido aos vários problemas econômicos, técnicos e políticas desse período.

A falta de recursos para se construir escolas e adquirir materiais pedagógicos afetou a educação. A falta de professores também era outro problema enfrentado nesse período, instalando-se então o Método Lancaster. Esse ensino,

segundo Ghiraldelli Jr (2001), acontecia de forma “mútua”, ou seja, aqueles alunos mais adiantados ajudavam aqueles menos adiantados, trabalhando como se fossem monitores dos professores. Segundo Aranha (2006), o Método Lancaster recebe este nome devido seu precursor ser o pedagogo Joseph Lancaster⁹. Esse é um método inglês, criado para atender o maior número de alunos com pouquíssimo gasto. É importante evidenciar que os monitores surgiram em meio a uma necessidade apresentada durante o período imperial, e que esse cargo ainda é exercido por muitos alunos nos dias atuais, trabalhando de forma conjunta com os professores, com o escopo de proporcionar a mais pessoas um conhecimento maior.

Segundo Aranha (2006) o Método Lancaster recebe este nome devido seu precursor ser o pedagogo Joseph Lancaster. Esse é um método inglês criado para atender o maior número de alunos com pouquíssimo gasto.

Para Nascimento *et al* (2012), D. Pedro II, para tentar reverter os prejuízos no processo de educação, promovem a descentralização do ensino, passando a responsabilidade para as Províncias, ficando apenas a educação superior sobre o poder do governo central.

A Primeira República (1889-1929) é lembrada pelo fim do voto censitário¹⁰, pela urbanização das cidades, pela descentralização do poder e o fim dos títulos de nobreza. O modelo político que passa a vigorar é o presidencialista (GHIRALDELLI JR, 2006).

O voto censitário dava o direito de apenas algumas pessoas de votar, ficando esse direito nas mãos da elite, a classe dominante. No entanto, após a Primeira República, o direito ao voto foi alterado através da Reforma da Constituição de 1824 pela Lei Saraiva. Essa lei garantia o direito ao voto direto através do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, porém conseguiu afastar ainda mais a população do direito do voto, pois a partir dela os analfabetos não tinham direito de votar (FERRARO, 2013).

¹⁰ No Brasil, a Constituição de 1824 adotou uma modalidade de voto onde apenas algumas pessoas, em razão de sua riqueza, teriam o direito de votar. Trata-se do chamado voto censitário, originário do Direito Romano, que dentre outras restrições, estabelecia uma renda mínima para alguns cidadãos terem direito a voto (QUEIROZ, 2008, p.10).

Esse período, segundo Aranha (2006, p.294), também é “designado como República Velha, República Oligárquica, República dos Coronéis. Para a autora, esta forma de se referir ao governo descrevia as características da época, ou seja, sempre prevalecia o poder nas mãos dos fazendeiros, coronéis ou pessoas de influência.

Segundo Ghiraldelli Jr:

A Primeira República durou quarenta anos. Foi a época da **política café com Leite**. Grupos de proprietários e homens influentes em **Minas gerais** (coronéis do leite) e em **São Paulo** (barões do café) se alternaram no controle da presidência da República (2006, p. 39; **grifo meu**).

Para Vieira ([200?], p.6), essa fase pode ser caracterizada como a alternância de poder, pois o governo era liderado somente através desses dois grupos, sendo eles o Partido Republicano Paulista-PRP e o Partido Republicano Mineiro-PRM, passando então ser chamado esse período do governo como Republica Café com Leite.

No que tange ao ensino na Primeira República, muitas foram as Reformas realizadas durante esse governo, principalmente para o Ensino Médio e Superior, como assim é conhecido nos dias atuais.

Dentre essas Reformas pode-se destacar a Reforma Benjamin Constant (1890), que fracassou com menos de um ano e a Reforma de Carlos Maximiliano (1915), sendo essa reforma a que vinha ao encontro das necessidades da população.

Na Reforma Benjamin Constant evidenciou-se como princípios a laicidade e gratuidade do ensino primário, assim como a modificação na matriz curricular no ensino secundário, acrescentando o estudo de ciências fundamentais. No entanto, essa reforma, apesar de ser bem elaborada, não agradou aos estudantes, sendo revogado com menos de um ano de duração (PINHO, 2010).

A Reforma de Carlos Maximiliano foi, talvez, uma das mais inteligentes da época, onde buscou-se aproveitar os progressos das Reformas anteriores, priorizando a qualidade do ensino secundário. Essa reforma também foi “responsável pela criação da primeira Universidade Brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, resultante do agrupamento em uma única instituição da Escola

Politécnica, da Faculdade de Medicina e de uma escola livre de Direito” (PINHO, 2010 p.76).

O que se pode observar é a semelhança da educação atual para a de mais de cem anos atrás, desde a falta de estrutura, como a descentralização e mudanças variadas no modelo de ensino. Desde o período Jesuítico até a Primeira República o ensino passou por várias mudanças, sempre em busca de uma educação que abarca toda a sociedade.

No período que corresponde à Segunda República (1930-1936), a Revolução de 1930 foi um marco para o crescimento do Brasil, no que se refere a produção capitalista. Essa Revolução se embasava no fim do poder da “República Café com Leite”.

Para Ghiraldelli Jr (2006. p.39), essa ruína do poder da Primeira República “criou a oportunidade de grupos gaúchos e outros acenderem ao poder, mas não através das eleições, e sim através da Revolução de Outubro de 1930”. Nessa chamada Revolução de 30, Getúlio Vargas governou o país. Durante o Governo Provisório, que durou por volta de quinze anos, Vargas elaborou um plano de “reconstrução nacional¹¹”, onde, no item três, era abordada a educação.

Difusão intensiva do **ensino público**, principalmente **técnico-profissional**, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados; para ambas as finalidades justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas (GHIRALDELLI JR, 2006, p.40; **grifo meu**).

O Brasil em 1930 passava por um processo de industrialização avançado. A reconstrução nacional, voltada para o âmbito educacional, procurou expandir o ensino público, em especial na classe técnico-profissional (GHIRALDELLI JR, 2006).

Durante a Segunda República a Reforma de Francisco Campos trouxe avanços para a educação brasileira, pois foi nela que se organizou e regulamentou o ensino secundário e superior, através do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931,

¹¹ Apresento à sociedade brasileira o documento Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. O projeto é um desdobramento necessário dos ideais defendidos durante a campanha eleitoral e que foram consagrados nas eleições democráticas de 1989. Minha proposta de Governo incorporava como ponto fundamental, o anseio do povo brasileiro por mudanças profundas. Mais do que isto: incorporava uma concepção do que seria o Brasil moderno e das condições de realizar o salto qualitativo na vida nacional (COLLOR, 2008, p.20).

que dispõe sobre a organização do Ensino Secundário e o Decreto de nº19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior. Nesse decreto o ensino secundário visava à preparação para o curso superior. (PINHO, 2010).

Segundo Aranha (2006, p.306), após a Reforma de Campos o ensino superior passou a ter mais “autonomia didática e administrativa, ênfase na pesquisa, difusão da cultura”. Nesse sentido, aconteceram alguns avanços na educação brasileira, embora, em sua grande maioria, eles beneficiassem a elite burguesa.

Também, em 1932, entre as conferências que se faziam para discutir a educação nasceu o que conhecemos como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” tendo como seguidores: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço filho dentre outros grandes nomes da educação (GHIRALDELLI JR, 2006).

Em concordância com as palavras de Menezes (2001), O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um marco para a educação brasileira. Esse Manifesto vinha em direção ao direito do povo, buscando uma educação “igualitária e pública para toda a sociedade”. Esse Manifesto resultou, na verdade, em um dos documentos mais importantes para a história da educação brasileira, redigido por alguns intelectuais da época como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Cecilia Meireles entre outros, que tinham como objetivo descentralizar a educação da elite e direcioná-la a toda a sociedade. Porém, conforme lembra Vieira ([200?], p.2) “embora apresente 26 assinaturas, o Manifesto não foi resultado de uma construção coletiva, Fernando de Azevedo assumiu a autoria do documento que afirma ter feito em cinco dias”.

Os Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, também faz parte da grande relevância na luta por uma educação melhor. Observa-se que os intelectuais da época já entendiam e viam a educação como o único fator de crescimento para todos os setores.

Esse Manifesto foi elaborado com o objetivo de levar ensino de qualidade a todas as pessoas, superando o carácter discriminatório imposto até então. Neste viés o ensino será prestado com igualdade, deixando de beneficiar somente a elite com uma educação de qualidade. Segundo Aranha (2006, p. 304), o “Manifesto foi um divisor de águas, reiterando a necessidade do Estado em assumir a

responsabilidade da educação, que se achava em defasagem com as exigências do desenvolvimento”.

A esse propósito Ghiraldelli argumenta:

Dentre todos os **problemas nacionais** nem mesmo os problemas econômicos poderiam disputar a primazia com o **problema educacional**. Isso porque, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas seriam, então impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção sem o preparo intensivo de forças culturais e o desenvolvimento do acréscimo de riqueza em sociedade (GHIRALDELLI JR, 2006, p.42, **grifo meu**).

Percebe-se que os educadores engajados nesse Manifesto defendiam a educação com um ensino público e de qualidade, com professores formados e escolas laicas. A educação começa a ser analisada como um dos principais meios de mudança, sendo entendida como uma arma de luta limpa para o crescimento do Brasil.

Observa-se que no documento do Manifesto em defesa de uma educação voltada para o povo, o termo educação integral já era discutido, assim como relata Ferreira (2007), sendo, então, idealizado o pensamento de educação integral voltado para a formação do cidadão em termos de função educativa, porém essa educação integral não estava voltada para a ampliação de jornada escolar e sim na formação do cidadão integral.

De 1937 a 1945 nasce o período denominado por Getúlio Vargas como “Estado Novo”, caracterizado pelo golpe militar, quando foi elaborada uma nova Constituição. Porém, desta vez, os interesses não mais privilegiavam a educação popular, como se observa na Carta de 1937, em seu artigo 125:

A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. **O Estado** não será estranho a esse dever, **colaborando**, de maneira principal ou **subsidiária**, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular (GHIRALDELLI JR. 2006, 78, **grifo meu**).

A partir deste momento, o Estado se esquivava da responsabilidade de educação populista, passando, assim, segundo as palavras do autor, a “subsidiar o ensino”, ou seja, o Estado apenas irá auxiliar, deixando, portanto, de expandir o ensino público. Nesse sentido, a educação era vista como um “dualismo

educacional”¹², onde apenas parte da população tinha direito à educação, sendo essa classe a economicamente mais forte, a outra parcela da população tinha apenas o ensino profissionalizante, pois, nesse momento já se necessitava de uma maior qualificação para o trabalho devido a industrialização que se expandia (GHIRALDELLI JR, 2006).

Nascimento *et al* (2012, p.9) menciona que muitos fatos que ocorreram durante o governo de Vargas são relevantes para a educação: “Instituto Nacional de Pedagogia, mais tarde, renomeado como Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); também permitiu, no mesmo ano, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)”.

Outro fato marcante nesse governo foi a criação das Leis Orgânicas (1942) pelo Ministro Gustavo Capanema. Dentre essas Leis, destacavam-se as leis que visavam regulamentar o ensino secundário, além de regularizar a formação dos professores, que segundo Aranha (2006), eram “leigos, não formados”. As leis de Capanema traziam benefícios, entretanto, para sua efetivação ou aplicação encontravam-se obstáculos.

O Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), na verdade, pouco se conseguiram das modificações propostas, sendo esse ensino, na prática voltado ainda para a preparação do ensino superior. Sua proposta original vinha ao encontro de uma educação voltada para a preparação de um cidadão crítico, assim como Pinho (2010, p.96), retoma as ideias de Nunes (1999);

[...] em ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais, da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem o ameacem, um **ensino capaz**, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a **consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino (grifo meu)**.

Embora a Lei argumentasse para uma educação de qualidade, voltada para o senso crítico, isso na prática não acontecia, sendo desenvolvida uma educação de preparação ao ensino superior.

¹² Tratava-se de organizar um sistema de ensino bifurcado, com o ensino secundário público destinado, nas palavras do texto da lei, as “elites condutoras”, e um ensino profissionalizante para outros setores da população (GHIRALDELLI JR., 2006, p. 82).

A conjunção de tais fatores carrega à análise de que Getúlio Vargas embora conhecido como “pai dos pobres”, mantinha a população sobre seu idealismo. De acordo com Aranha (2006), ele manipulava a opinião pública, usando da censura e promessas de “prisões, tortura e exílio” para aqueles que não seguissem suas ordens.

Entre 1946 a 1963, a história da educação brasileira conta com o período conhecido também como República Populista, caracterizado pela voz do povo, ou seja, os governantes passam a ser eleitos pelo voto do povo, onde, notoriamente, como menciona Aranha (2006), passam a ter esperança de um Brasil melhor. Com o fim do Estado Novo e a queda de Getúlio Vargas do poder, adota-se, nas palavras de Nascimento *et al* (2012), uma Constituição de cunho “liberal e democrático” (1946).

É de grande relevância mencionar que durante este período foi “criada uma comissão por Clemente Mariano com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral na Educação Nacional – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)”. Esse projeto visava o ideal de uma educação para todos, no entanto, esse projeto não foi executado, sendo engavetado por motivos de discordância, sendo aprovado somente em 1961, data que marca a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (NASCIMENTO *et al*, 2012):

Depois de 15 anos de promulgação da Constituição de 1946, a mais democrática de quantas tivemos, nasceu a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, que ganhou o número 4.024/61. Dez anos depois, o Congresso Nacional sentiu necessidade de propor alterações no ensino de 1º e 2º graus, vindo a Lei nº 5.692/71, que ganhou o nome de Reforma Passarinho, por ter sido o então ministro da Educação autor da mensagem governamental que deu origem à Lei (NISKIER, 1996, p.21; **grifo meu**).

Nesse propósito, com as Reformas de 1968 e 1971 (Reforma Universitária, que buscava uma melhor qualificação, pois o Brasil se encontrava em um crescimento industrial avançado mão de obra, vagas nas universidades e instituição de ensino que não atendiam a demanda), houve modificações no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde estas Reformas tendia “atrelar a educação brasileira ao modelo de educação norte-americano e foram precedidas por um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States

Agency for international Development (USAID)¹³) (NASCIMENTO *et al*, 2012, p.10).

Esse Acordo entre o Brasil- Ministério da Educação e a United States Agency for international Development (USAID) foi assinado ainda no ano de 1964 na data de 26 de junho. Dentre os acordos firmados, “Alguns voltavam-se para o aperfeiçoamento primário; outros, para o ensino médio e outros, ainda, para o ensino superior” (PINA, 2011, p.81). A este propósito, continua Pina:

Entre os objetivos a serem alcançados por meio das medidas acima citadas estava o **aumento da taxa de escolarização, a eliminação do analfabetismo e a distribuição de bolsas de estudo a alunos pobres**. Dentro deste contexto, a educação passou a ter um papel decisivo na **formação da mão de obra profissional e técnica** (2011, p. 78, **grifo meu**).

Nesse sentido, ainda de acordo com as palavras de Pina (2011), o acordo listado como Acordo MEC-USAID, tinha como escopo modernizar a administração universitária.

Seguindo esse viés, é notoriamente sabido que, até este momento, o Brasil contou com duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo elas a primeira em 1961 com a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a segunda com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e, conseqüentemente a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, atual Lei vigente. Essa ultima Lei foi aprovada após a Constituição de 1988, sendo elaborada pelo Senador Darcy Ribeiro no governo de Fernando Henrique Cardoso, Lei essa que busca o pleno desenvolvimento da pessoa humana (NISKIER,1996, p.22).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estabelece as linhas mestras da educação brasileira, isto é, ela projeta uma educação a ser implantada de qualidade e equidade para todos, por meio de uma escola democrática e participativa. Neste propósito, a presente lei, define educação em seu artigo Art. 2º:

¹³ Entende-se, que o objetivo maior desta cooperação/acordo, entre a USAID e o MEC era internalizar no indivíduo a esperança maior de ele se escudar nos méritos pessoais, através do processo de educação pragmática e profissionalizante, necessária ao processo de modernização da produção nacional brasileira, ou seja, estes acordos políticos eram na prática resultados da política da Aliança para o Progresso (ARAUJO, [199?], p.2).

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade **o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (SABATOVISK, 2012, p.21, grifo meu).

Sendo direito de todos uma educação que contemple aos cidadãos o pleno desenvolvimento nos aspectos cognitivos e sociais, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 estabelece os padrões mínimos de qualidade, para esta educação de qualidade se efetive em todo território nacional brasileiro. Assim, ela estabelece, em seu artigo Art. 3º, inciso IX – “garantia de padrão de qualidade” sendo esta reforçada no Art. 4º inciso IX - “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Esses padrões de qualidade, seguindo a lei são obrigatoriedade e responsabilidade do Estado oferecer e garantir esta efetivação (SABATOVISK,2012).

A LDB nº 9.394/96, buscando ainda contemplar o artigo 5¹⁴ da Constituição Federal de 1988, estabelece a carga horária mínima do trabalho escolar e a evolução das escolas para a condução a educação integral.

Art.34. A jornada de trabalho escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em **tempo integral**, a critério dos sistemas de ensino.

Art.87. § 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral. § 6º A assistência financeira da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a dos estados aos seus municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados. (SABATOVISK, 2012, p.41 e 57; **grifo meu**).

Essa proposta de matriz curricular diferenciada deve oferecer atividades que possibilitem o crescimento intelectual e social dos alunos.

Para cumprir o determinado nos artigos 37 e 87 da Lei nº 9.394/96, o Governo Federal cria, em 2007, o Programa Mais Educação, com o intuito de levar

¹⁴ **Art. 5º** O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (SABATOVISK, 2012, p.22).

as escolas com baixo IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mais cultura, lazer e possibilidades de conhecimentos com a ampliação de novos tempos e espaços. O Programa Mais Educação é uma tática para as escolas em um segundo momento implantar a Escola Tempo de Tempo Integral.

3 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação (PME) é um programa que tem como escopo proporcionar, no contra turno escolar, aulas diferenciadas que incentivem os alunos a participarem das atividades escolares, fazendo com que haja menos evasão escolar e repetência. Além das matérias regulares como português e matemática, os alunos têm acesso à cultura e lazer com aulas de dança, xadrez, natação etc. Essas informações constam no documento Mais Educação Passo a Passo, do Ministério da Educação e Cultura:

O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa **Dinheiro Direto na Escola** (PDDE) do **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** (FNDE) para as escolas prioritárias. As atividades fomentadas foram organizadas nos seguintes **macrocampos** : • Acompanhamento Pedagógico; • Meio Ambiente; • Esporte e Lazer; • Direitos Humanos em Educação; • Cultura e Artes; • Cultura Digital; • Promoção da Saúde; • Educomunicação; • Investigação no Campo das Ciências da Natureza; • Educação Econômica (BRASIL. MEC, 2009, p.05, **grifo meu**).

Assim, para o Manual da Educação Integral para Obtenção de Apoio Financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Ministério da Educação e Cultura (2009), a Escola de Educação Básica é considerada Escola de Tempo Integral, quando ela possui jornada escolar igual ou superior a sete (7) horas diárias, oferecendo, além da matriz curricular comum, atividades que vêm ao encontro dos macrocampos propostos, desenvolvidas como oficinas agregadoras de conhecimento. No entanto, esse programa é apenas um pré-projeto para a efetivação da Escola de Tempo Integral, em que cada escola recebe uma verba do governo para custear as despesas e monitores para ministrar aulas diferenciadas.

Em consonância com as palavras transcritas no documento Ministério da Educação e Cultura - Manual Da Educação Integral Para Obtenção De Apoio Financeiro Através Do Programa Dinheiro Direto Na Escola, o programa possui como intuito diminuir a desigualdade social, levar cultura e lazer a todas as crianças em especial às crianças que frequentam escolas com baixo IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, diminuir a evasão escolar e garantir um futuro melhor aos jovens de hoje (BRASIL. MEC, 2010).

O Manual da Educação Integral para Obtenção de Apoio Financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Ministério da Educação e Cultura, aponta que a Educação de Tempo Integral busca, em meio à ampliação da jornada escolar e currículo diversificado a formação dos discentes, contando com a participação da família e comunidade para essa estratégia obter sucesso.

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma **estratégia** do Governo Federal para **induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral** (BRASIL. MEC, 2010, p. 1, **grifo meu**).

Esse Programa tem como objetivo fazer com que mais pessoas tenham acesso à educação e educação de qualidade, onde além de ensino aprendizagem possam usufruir de cultura e lazer. Esse Programa tem como foco diminuir as desigualdades sociais existentes na comunidade, através de educação que valorize a diversidade cultural.

Pensando nesse propósito, o Governo Federal tem desenvolvido projetos que levem crianças e adolescentes a vivenciarem esta faceta entre os muros das escolas públicas. O Programa Mais Educação e a Escola em Tempo Integral vem tentando conquistar a utopia de uma educação de qualidade com equidade e eficiência. Várias são as tentativas dos órgãos governamentais para esta efetivação.

O Programa Mais Educação está inserido em uma das ações do PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação que tem como prioridade o incentivo à Educação Básica, com iniciativas que buscam o sucesso e a permanência do aluno na escola. (NUNES, 2010). Contudo, para garantir essa permanência nas escolas, é importante salientar que as aulas devem ser diferenciadas e atrativas aos olhos dos alunos e de sua comunidade.

Nessa etapa, com base no documento do Ministério da Educação e Cultura - Mais Educação Passo a Passo, não são os professores regentes que ministram as aulas no contra turno, são monitores, podendo ser eles pais de alunos, acadêmicos ou pessoas comuns da sociedade que se identificam com as oficinas a serem trabalhadas. Para o Ministério da Educação e Cultura, a educação é entendida com equidade, onde todos têm acesso a ela, tendo, com isso, a oportunidade de se

desenvolver em suas múltiplas dimensões, tendo, portanto, o direito de se viver uma vida digna em sociedade (BRASIL. MEC, 2009).

Segundo o documento Mais Educação Passo a Passo, do Ministério da Educação e Cultura (2009), o objetivo do Governo, ao inserir a Escola de Tempo Integral ou o Programa Mais Educação, é aumentar o tempo de permanência nas escolas de quatro para sete horas diárias proporcionando, assim, aos alunos oportunidade de terem um futuro melhor.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, em seu documento Mais Educação Passo a Passo no contra turno escolar, esses jovens terão acesso a outras aulas/oficinas que poderão auxiliar no desempenho profissional. Nas aulas de violão e artesanato, por exemplo, muitas são as oportunidades de se findar o ano com saberes que poderão ajudar na renda familiar e, futuramente, proporcionar aos alunos oportunidade de emprego (BRASIL. MEC, 2009).

Esse Programa oferece essa modalidade de ensino às escolas que apresentam baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), situadas em bairros considerados periféricos e de vulnerabilidade social.

Conforme o Ministério da Educação e Cultura em seu documento Mais Educação Passo a Passo, as atividades desenvolvidas nas Escolas de Tempo Integral são organizadas em oficinas que abordam os seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Culturas e Artes; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências Natureza e Educação Econômica (BRASIL. MEC, 2009).

Dentre todos esses macrocampos disponíveis estão as seguintes atividades:

Tabela 1 - Macrocampos e atividades do Programa Mais Educação

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	MEIO AMBIENTE
• Matemática;	• Com -Vidas – Agenda 21 na Escola – Educação para Sustentabilidade;
• Letramento;	• Horta escolar e/ou comunitária.

• Línguas Estrangeiras;	
• Ciências;	
• História e Geografia;	
• Filosofia e Sociologia.	
ESPORTE E LAZER	CULTURA E ARTES
• Atletismo;	• Leitura;
• Ginástica rítmica;	• Banda fanfarra;
• Corrida de orientação;	• Canto coral;
• Ciclismo;	• Hip hop;
• Tênis de campo;	• Danças;
• Recreação/lazer;	• Teatro;
• Voleibol;	• Pintura;
• Basquete;	• Grafite;
• Basquete de rua;	• Desenho;
• Futebol;	• Escultura;
• Futsal;	• Percussão;
• Handebol;	• Capoeira;
• Tênis de mesa;	• Flauta doce;
• Judô;	• Cineclube;
• Karatê;	• Prática circense;
• Taekwondo;	• Mosaico.
• Ioga;	INCLUSÃO DIGITAL
• Natação;	• Software educacional;
• Xadrez tradicional;	• Informática e tecnologia da informação (PROINFO);
• Xadrez virtual;	• Ambiente de Redes Sociais.
EDUCOMUNICAÇÃO	INICIAÇÃO À INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA
• Jornal escolar;	• Laboratório, feiras de ciências e projetos científicos.
• Rádio escolar;	
• Histórias em quadrinhos;	
• Fotografia;	

• Vídeo.			
EDUCAÇÃO	ECONÔMICA	E	PROMOÇÃO DA SAÚDE
CIDADANIA			
• Educação empreendedora;	econômica	e	• Atividades de: alimentação saudável/alimentação escolar saudável, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/Aids; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras). Propõe-se neste macrocamo aproximação / intersecção com as ações/reflexão do SPE/MEC.
	• Controle e cidadania.		
DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO			
• Direitos humanos e ambiente escolar			
Compreende-se Direitos Humanos em Educação na perspectiva da garantia das aprendizagens para todos nas possibilidades de convivência e respeito à diversidade humana. Indica-se a organização das atividades por meio de oficinas, compreendidas como espaços-tempos para a vivência, a reflexão e o aprendizado coletivos e para a organização de novos saberes e práticas relacionadas aos direitos humanos: situação de defesa e afirmação x negação dos direitos humanos e suas			

implicações na organização do trabalho pedagógicos. Portanto, pressupõe-se este macrocampo em relação permanente com os outros macrocampos e atividades. Trabalhos interdisciplinares, projetos articuladores, grupos de estudos e de teatro, oficinas de psicodrama, passeios temáticos, campanhas alusivas ao tema dos Direitos Humanos etc.	
---	--

Fonte: Adaptado pela autora

Esses macrocampos, por suas vezes, têm como objetivo agregar conhecimentos aos discentes de forma atrativa. Cada oficina tem o escopo de propiciar para comunidade escolar oportunidades de formação humana, cultura e lazer, bem como inibir a evasão escolar, sendo oferecidas no contra turno do aluno, assim, como esclarece o documento do Ministério da Educação e Cultura - Mais Educação Passo a Passo:

Educação Integral traduz a compreensão do **direito de aprender** como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as **múltiplas dimensões do ser humano** e a **peculiaridade** do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens. (BRASIL. MEC, 2009, p. 4-5, **grifo meu**).

Nessa perspectiva de educação integral, espera-se que os alunos possam ao final do ciclo estar capacitados para a vida em sociedade, sendo cidadãos críticos e capazes de defenderem seus interesses. No entanto, especificamente no que tange a matriz curricular da escola em foco, percebe-se a falta de conhecimento ou entendimento sobre as atividades que devem ser trabalhadas no contra turno escolar. Essa escola apresenta como matriz curricular os seguintes componentes:

Tabela 2 - Matriz Curricular Escola Período Integral

NÚCLEO COMUM	PARTE DIVERSIFICADA
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS • História; • História de Mato grosso; • Filosofia; • Sociologia; • Geografia; • Geografia de Mato Grosso.	OFICINAS OPCIONAIS • Informática Integrada às Práticas Pedagógicas; • Atividades Artísticas e Culturais; • Saúde e Meio Ambiente; • Empreendedorismo.
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA • Matemática; • Ciências Físicas e Biológicas; • Iniciação aos experimentos e à pesquisa científica.	

Fonte: Adaptado pela autora

Observa-se que a parte diversificada do currículo da Escola de Tempo Integral é caracterizada por quatro disciplinas que estão dentro dos macrocampos Culturas e Artes, Meio Ambiente, Educação econômica e Cidadania e Inclusão Digital. Esse ideal está presente na Constituição Federal/88, nos artigos 205, 206 e 227:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento** da pessoa, seu preparo para o exercício da **cidadania e sua qualificação para o trabalho**.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC nº 19/98 e EC nº 53/2006) I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – **liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber**; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, **o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade** e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (EC nº 65/2010). (BRASIL, 2012, p.34 e 36, **grifo meu**).

Os artigos da Constituição Federal apresentam-se como aparato para se trabalhar com a Escola de Tempo Integral, ou seja, eles deixam claro os direitos em relação à qualidade do ensino, objetivando-se uma Educação de Tempo Integral. Apontando a educação como qualificação dos alunos, tanto no aspecto cognitivo, quanto para o aspecto de formação e qualificação para o mercado de trabalho, destacando a permanência dos alunos nas escolas, assim como garantindo a eles o direito à educação, alimentação, saúde e lazer.

Nessa perspectiva de educação, a Escola de Tempo Integral tem como escopo proporcionar aos seus alunos todos esses direitos garantidos pela Lei Maior.

Nesse viés, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 discute a educação em tempo integral em seu art.34, parágrafo 2º, colocando que fica a critério de cada estabelecimento de ensino trabalhar em tempo integral, ressaltando que a jornada escolar do ensino fundamental terá quatro horas de ensino em sala de aula, ou seja, no contra turno devem ser trabalhadas aulas afins com as necessidades de cada escola, desde que elas respeitem a matriz curricular ofertada pelo governo para a implantação da Escola de Tempo Integral (SABATOVSK, 2012).

Cabe lembrar, que a carga horária ofertada na Escola de Tempo Integral deve obedecer ao art. 24 da LDB/96, onde estabelece que:

Art. 24. A **educação básica**, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - a **carga horária** mínima anual será de **oitocentas horas**, distribuídas por um mínimo de **duzentos dias de efetivo trabalho escolar**, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (SABOTOVSK, 2012, p. 25, **grifo meu**).

Segundo a Resolução sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral – ETI, do documento do Ministério da Educação e Cultura, essa lei deve ser respeitada também no currículo da Escola de Tempo Integral, embora a matriz curricular difira da escola que atende seus alunos em dois turnos, essa carga horária deve ser seguida. Nesse sentido, fica a critério de cada gestão estipular a carga horária de cada disciplina, mesclando sempre a matriz curricular comum com os componentes da base curricular diversificada (BRASIL. MEC, 2016).

A importância de se concretizar a Educação em Tempo Integral é fundamental, dessa forma é preciso que toda a comunidade escolar tenha ciência desse Programa e do modo como ele deve acontecer.

4 ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Na década de 1980, durante o governo de Leonel Brizola, na cidade de Rio de Janeiro, nasce a Escola de Tempo Integral (CIEPs)¹⁵, pensada por Anísio Teixeira um dos precursores do movimento da Educação Nova o Manifesto dos Pioneiros (1932), juntamente com Darcy Ribeiro. Para MOLL (2009, p.18), “essas experiências e concepções permitem afirmar que a Educação de Tempo Integral se caracteriza pela ideia de uma formação “mais completa possível” para o ser humano”.

No entanto, o pensamento de Escola Integral antecede essa data, assim como coloca Moll. Ainda no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, nos anos 60 Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e outros nomes foram convocados pelo então governo para criar um modelo de educação para todo o Brasil. Nesse intuito, foi criado um modelo de educação inspirado no modelo já existente na cidade de Salvador na década de 1950 (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), porém, “mais evoluído”, em relação ao modelo de educação de Salvador, sendo esse modelo a Educação Integral (MOLL, 2009).

Buscando contemplar esta formação almejada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 assegura e estabelece, em seus artigos 34 e 87 a ampliação das escolas para o regime de tempo Integral. Desse modo, a Escola de Tempo Integral aponta como objetivo para sua execução assegurar o desenvolvimento de novas competências, habilidades e atitudes pertinentes à sociedade, assim, como esclarece que o objetivo da Escola de Tempo Integral ao ser implantada é o de melhorar a qualidade da educação, e consequentemente, da sociedade, apostando em uma educação multidimensional, nas variadas esfera que a educação integral venha oferecer e não apenas em uma educação que é caracterizada pelo cognitivo (OLIVEIRA; KISS, 2014).

Partindo de tais anseios, com base no documento do Ministério da Educação e Cultura - Mais Educação Passo a Passo, a Escola de Tempo Integral é uma consequência do até então sucesso do Programa Mais Educação, haja vista que a escola participante desse Programa demonstrou, através de comprovações teóricas

¹⁵ CIEPs- Centros Integrados de Educação Pública (MOL, 2009. p.18).

(documentos) e prática (aulas), o sucesso absoluto tanto na qualidade do Programa quanto na quantidade de alunos participantes. (BRASIL. MEC, 2009).

Segundo CEINT: Coordenação de Educação Integral, do Ministério da Educação e Cultura, a educação ofertada na Escola Integral deve pautar-se em um conjunto de propostas que leve o aluno a permanecer na escola durante um tempo superior ao até então “normal”. Trazendo para o aluno uma melhoria na educação (BRASIL. MEC, 2012).

Só faz sentido pensarmos na **ampliação da jornada escolar**, ou seja, na implantação de **escolas de tempo integral**, se considerarmos uma concepção de educação integral em que a perspectiva de horário expandido represente uma **ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras**. Mais que isso, é preciso que tal ação possa tornar a progressão do estudante no sistema de ensino êxitos (BRASIL. MEC, 2012, p.4, **grifo meu**).

Nesse contexto, entende-se, com a concretização da Escola Integral, que conseguiram alcançar os objetivos proposto pelo Programa Mais Educação, em qual uma de suas propostas era garantir a permanência do aluno na escola e assim se diminuir a evasão escolar. Nessa nova etapa da Educação em Tempo Integral as aulas oferecidas no contra turno são ministradas por professores e não mais por monitores, como acontecia no Programa Mais Educação (BRASIL. MEC, MAIS EDUCAÇÃO PASSO A PASSO, 2009).

A educação de Tempo Integral tem a oportunidade de trabalhar com uma matriz curricular diversificada e atrativa. Nesse modelo de ensino, a escola possui além de sua base nacional curricular comum¹⁶, diversas outras atividades a serem desenvolvidas dentro da escola, apostando em uma aprendizagem significativa para o aluno.

Silva (2007) retoma as ideias de Ausubel, que fala sobre a aprendizagem significativa. Segundo ele, essa aprendizagem é aquela que faz sentido para o aluno. Nessa aprendizagem, ele consegue assimilar o porquê está aprendendo determinado conteúdo.

¹⁶ **Art. 26.** Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (SABATOVISK, 2012, p.26).

Partindo dessa premissa, Mckernan (2009) fala que o currículo deve levar o aluno a resultados inesperados, ao invés de resultados já previstos. O autor fala que “um currículo abrange o planejamento e a implementação de experiências educacionais por meio de procedimentos cuidadosamente orquestrados feitos a partir de uma seleção criteriosa da cultura” (p. 22).

O autor argumenta que o currículo deve fazer parte da vida social dos alunos, trazendo para o aluno aprendizado Connelly e Claninin, 1988 *apud* (MCKERNAN, 2009, p.32 e 33), apresentam o currículo sob um olhar profundo, segundo o autor:

Um currículo pode se tornar o programa de ação de uma vida. Ele **pode significar os caminhos que nós seguimos e os caminhos que pretendemos seguir.** Nesse sentido amplo, o currículo pode ser visto como a experiência de vida de uma pessoa (**grifo meu**).

O currículo na escola também é entendido como ferramenta de formação do cidadão enquanto pessoa. Ele pode servir de base para outras atividades que poderão desenvolver no futuro. Para o Ministério da Educação e Cultura em seu documento Mais Educação Passo a Passo (2009), as oficinas trabalhadas na Escola de Tempo Integral devem servir de base para o aperfeiçoamento desses jovens para o mercado de trabalho.

Trabalhar com a base curricular comum juntamente com as disciplinas compostas por meio dos macrocampos da Escola Integral, requer colocar a Escola de Tempo Integral, como uma escola interdisciplinar, sendo entendida como interdisciplinaridade curricular.

Para Fazenda (1998), a interdisciplinaridade curricular “exclui toda tendência à hierarquização dominante, e requer termos de igualdade, complementaridade e interdependência quanto as contribuições que podem dar e que devem existir em um processo de formação” (57e 58). Todavia as palavras da autora, vêm ao encontro do escopo da educação de Tempo Integral, uma vez que essa educação busca entender as disciplinas como ferramentas da formação do cidadão. Nesse sentido, não existe uma disciplina melhor que a outra, todas tem sua significância, porém, quando trabalhadas de forma interdisciplinar conseguem um resultado superior para a concepção de Educação Integral (FAZENDA,1998).

Trabalhar de maneira interdisciplinar os conteúdos propostos permite que alunos e professores não desenvolvam atividades isoladas e fragmentadas e sim um trabalho significativo levando-os a um trabalho diversificado, porém buscando atender um objetivo estabelecido. Assim, a Escola de Tempo Integral tem o intuito de colocar em prática todas as formas significativas de aprendizagens dentro do ambiente escolar, oferecendo além de conhecimentos escolares, conhecimentos de vida a partir das atividades diversificadas que esse modelo de ensino possibilita.

5 METODOLOGIA

A metodologia é o caminho a ser percorrido para coletas de dados acerca de algum assunto. Assim, busca-se, através de questionários, observação empírica e pesquisas bibliográficas, entender como acontece e como aconteceu determinado assunto, e as ideias de alguns autores que discutem esta temática.

Segundo Rodrigues (p.1, 2007), “a metodologia científica é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática”.

Tendo em vista a relevância desta pesquisa para a educação, a análise metodológica deste trabalho se deu por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa “Exploratória” e “Pesquisa de Campo”.

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se **preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito**. Assim sendo, a interpretação, a consideração do pesquisador como principal instrumento de investigação e a necessidade do pesquisador de estar em contato direto e prolongado com o campo, para captar os significados dos comportamentos observados, revelam-se como características da pesquisa qualitativa (ALVES, 1991; GOLDENBERG, 1999; NEVES, 1996; PATTON, 2002, *apud* TERRENCE; FILHO, 2006, p.2 e 3; **grifo meu**).

A abordagem qualitativa consiste na busca do entendimento sobre algum fato em específico, demonstrando a partir dessa pesquisa as comparações, descrições e até mesmo a interpretação do assunto pesquisado, essa pesquisa não se prende a representações numéricas e estatísticas e, sim na qualidade do entendimento que o pesquisador abstrai (CASTILHO; BORGES E PEREIRA, 2011).

A pesquisa qualitativa “Exploratória” segundo Siqueira (2013) é caracterizada pela falta de conhecimento sobre a pesquisa realizada, neste viés a pesquisa exploratória tem como objetivo levar ao conhecimento de mais pessoas o problema existente. Assim, maiores serão as possibilidades de avanços significativos para o problema proposto pela pesquisa.

Essa pesquisa também se classifica como “Pesquisa de Campo”, pois buscou-se, por meio de questionários, levantar informações.

A **pesquisa de campo** é aquela que busca dados não em livros, mas junto de um determinado campo social de determinada situação cultural e faixa etária. É a pesquisa que se utiliza de **testemunho de pessoas, para melhor sentir o fato ou fenômeno com o objetivo de observá-lo e registrá-lo** (SIQUEIRA, 2013, p.127, **grifo meu**).

Assim, tendo como método de trabalho a pesquisa de campo, o entrevistador poderá entender melhor os fatos que nortearam sua pesquisa. Nesse sentido, Siqueira (2013), aponta que, por meio da pesquisa de campo “questionário” é possível colher um maior número de informações escritas pelos investigados sem precisar identificá-los.

Nessa premissa, primeiramente buscou-se a realização de uma revisão da literatura existente sobre o tema, em pesquisa realizada em sites, livros, documentos, legislações dentre outras referências bibliográficas, na sequência realizou-se a pesquisa a campo por meio do questionário.

Os questionários (Anexo 1) foram entregues pessoalmente a cada colaborador em envelopes devidamente lacrados sendo que a pesquisadora retornou para recolher os dados em envelope lacrado após um dia, não havendo assim influência dela para a escrita das respostas. Num total de 41 questionários entregues retornaram 30.

O questionário contou com questões fechadas (17) e abertas(5) tendo como intuito averiguar como é realizada a Escola de tempo Integral de uma Escola Municipal da cidade de Juína MT, sendo eles (8) professores, (20) alunos, (1) coordenador, e (1) professora que atua como Secretária de Educação.

A escola em foco, segundo o seu Projeto Político e Pedagógico (2015), está localizada no Módulo cinco (5), região oeste da cidade. Esse Módulo é formado por famílias de baixa e média renda, conta com um total de duzentos e oitenta alunos (280), apresenta um quadro de professores pedagogos e professores de áreas específicas, totalizando dezoito (18) profissionais, conta com duas (2) secretárias, duas (2) coordenadoras, um (1) diretor, três (3) auxiliares, quatro (4) cozinheiras, um (1) guarda e cinco (5) técnicas de limpeza. A proposta pedagógica da escola em foco preza por atividades voltadas para as necessidades da escola.

É importante colocar em destaque o nível de escolaridade das famílias dos alunos dessa escola. A maioria delas possui ensino fundamental incompleto. Esse

bairro também apresenta segundo o seu Projeto Político Pedagógico da escola um índice de violência muito grande, ocasionando grandes transtornos para a comunidade e inclusive para a escola. A desigualdade social também é outro fator relevante e de destaque. Nesse sentido, essa escola tem um papel de grande importância na conscientização e escolarização desses alunos.

O Projeto Político Pedagógico da escola é um documento elaborado pela gestão escolar e docente, assim como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional 9.394/96 em seu Art. 12 e Art. 13¹⁷. Nesse documento encontra-se todas as incumbências da escola e docentes.

Assim, a escola pesquisada passou a trabalhar, no ano de 2013, em período integral. No período matutino, os alunos recebem atendimento normal, no período vespertino, são desenvolvidas as oficinas do Projeto Mais Educação: Dança, Teatro, Artesanato Popular, Matemática, Letramento e Segundo Tempo (Esporte e Lazer).

¹⁷ **Art. 12-** Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Art. 13- Os docentes incumbir-se-ão de: I – **participar da elaboração da proposta pedagógica** do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (SABATOVISK, 2012, p.24; **grifo meu**).

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesse capítulo serão narrados os resultados da análise e discussão dessa pesquisa sobre a Escola de Tempo Integral, tendo como foco principal estudar a qualidade da educação prestada por esse modelo de ensino.

Para Bogdan e Biklen (1994, p.205), a análise de dados:

É o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outras materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de **aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou**. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, **descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão do que vai ser transmitido aos outros (grifo meu)**.

Para a análise dessa pesquisa, optou-se por dividir as questões por categorias, sendo as respostas dos colaboradores transcritas na íntegra.

Identifica-se, primeiramente, o local em que a pesquisa foi realizada: a cidade de Juína, mais conhecida como “Rainha da Floresta” que se encontra localizada na região noroeste do Estado de Mato Grosso, tendo hoje 33 anos de emancipação política, sendo emancipada no dia 09 de maio de 1982. Seu primeiro prefeito foi Orlando Pereira (FERREIRA, 1997).

A cidade de Juína é conhecida como “Rainha da Floresta” por que os colonizadores se encantaram com tamanha floresta ali existente (JOANONI NETO, 2004).

Porquanto:

Coube a **CODEMAT**- Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso a iniciativa do Projeto Juína, pensado inicialmente por um grupo de diretores e funcionários, juntamente com diretores da **SUDECO**-Superintendência de desenvolvimento do centro Oeste. Consta ainda com o engenheiro **Gabriel Muller**, um entusiasta de Juína, foi um dos autores intelectuais do projeto, através da lei aprovada pelo Congresso Nacional por indicação e influência do então senador **Filinto Muller**, dando poderes ao Estado de Mato Grosso para a licitação da imensa área destinada ao futuro município de Juína (FERREIRA, 1997, p.417; **grifo meu**).

Segundo Joanoni Neto, a colonização de Juína foi conturbada, pois a demanda de imigrantes era muito maior do que as ofertas de lotes para a venda.

Muitos imigrantes que haviam vendido tudo em sua terra natal e que vieram para essa cidade com o propósito de adquirir um lote, viram suas economias se se acabarem por falta de organização da CODEMAT (2004).

As famílias se deslocavam de suas regiões de origem trazendo seus pertences, “a mudança”, em caminhões (algumas vezes alugados, outras vezes próprios), e em razão do precário estado das estradas (BR 364 e AR 1), essas viagens, de cerca de 1000 Km entre Cuiabá e Juína por Vilhena (único acesso na época), podiam durar 8, 10, ou mais dias (JOANONI NETO, 2004, p.221).

Observa-se que, mesmo com muitos riscos e viagens cansativas, as famílias não desistiam de adquirirem seus lotes durante a colonização.)O atual Município de Juína antes de sua colonização já era habitado por povos indígenas, como os Rikbatsas, Cintalarga e Ena-wenê-nawê, porém, os colonizadores não passavam estas informações para os colonos, por medo de perderem vendas de terra (FERREIRA, 1997).

As famílias que se emprestavam à essa mudança de vida partiam, principalmente, da região Sul do país. Essa colonização ficou tão famosa que, entre os anos de 1975 e 1982, as pessoas eram barradas no acesso da cidade, podendo adentrar as terras quem tivesse uma ordem cedida pela CODEMT, que com ela se entendia que os colonizadores tinham dinheiro para adquirir os lotes, ou seja, evitar a entradas de posseiros (JOANONI NETO, 2004).

Desde a oficialização do Município de Juína, a cidade vem crescendo e desenvolvendo, apresentando empresas privadas, escolas e faculdades. Muitas pessoas ainda migram para Juína nos dias atuais, em busca de melhoria de vida e sossego.

O Município de Juína, para atender seus habitantes com uma educação que preze pela qualidade, implantando a Escola de Tempo Integral como previsto na legislação vigente visando uma educação em tempo ampliado, levando no contra turno oficinas que proporcionem aos seus alunos cultura e lazer.

É importante colocar que a opinião da comunidade escolar na decisão de se implantar uma escola com modelos diferentes das atuais é importante para sua execução, pois, não são somente os órgãos governamentais e a Secretaria de Educação do Município que devem discutir esta questão. Os pais dos discentes,

assim como os próprios alunos, professores e funcionários da escola devem opinar a respeito dos assuntos escolares tornando a escola democrática e participativa, princípio esse determinado pela LDB 9394/96 em seu Art. 14:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da **gestão democrática** do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – **participação das comunidades** escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (**grifo meu**).

Segundo este artigo de lei, o sistema de ensino deverá implantar uma gestão democrática, levando em consideração suas peculiaridades. Colocando em evidência a participação de todas as pessoas que formam a escola na elaboração do Projeto Político Pedagógico-PPP, sendo elas: professores, alunos, funcionários da infraestrutura, pais dos alunos ou qualquer pessoa da comunidade (SABATOVSKI, 2012, p.12).

Nessa proposição, Paulo Freire coloca a escola como espaço para democracia, pois todos devem participar das decisões, e serem ouvidos. A escola democrática se faz com a participação de todos.

A autoridade coerentemente democrática, fundando-se na certeza da importância, quer de si mesma, quer da liberdade dos educandos para a construção de um clima de real disciplina, jamais minimiza a liberdade. Pelo contrário, aposta nela. Empenha-se em desafiá-la sempre e sempre; jamais vê, na rebeldia da liberdade, um sinal de deterioração da ordem. A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira **não existe na estagnação, no silêncio dos *silenciados*, mas no alvoroço dos *inquietaos*, na dúvida que instiga, na esperança que desperta** [...] No fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia (FREIRE, Paulo, 1996, p.36 e 37, **grifo meu**).

Logo, a gestão democrática é vista como o desenvolvimento pedagógico, dando a oportunidade da escola de ampliar as oportunidades educacionais. Portanto é a expressão de uma escola livre, onde todos têm o direito de participação (HORA, 2011).

A implantação da Escola de Tempo Integral contempla esta escola democrática e participativa. Esse programa é assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e pelo

Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA/90, e que sua efetivação busca uma melhor educação e melhor futuro para a sociedade, mas é preciso que todos os contribuintes estejam aptos a colaborar com a Educação Integral, pois não se faz educação com tempo ampliado somente com acréscimo de horas, e sim com qualidade no ensino aprendizagem.

O processo de ensino aprendizagem é entendido para PIAGET (1998) como uma construção.

A ênfase estava colocada na necessidade de conceber o estudante não como um receptor passivo, mas como uma pessoa que **constrói seus conhecimentos, guiada por seus interesses e suas necessidades**. As ideias de atividade e de interesse, de vitalidade e de desenvolvimento natural, de liberdade e de autonomia, de individualidade e de respeito da infância, bem como as de coletividade e de integração, constituem as noções principais atribuídas à escola nova ou escola ativa. Seus representantes exigiam a constituição da pedagogia enquanto ciência. (p.10; **grifo meu**).

O processo de ensino aprendizagem depende de um conjunto de fatores (alunos, professores, conteúdos e ambiente escolar) que poderá afetar na qualidade de educação proposta pela escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, em seu art. 3, prevê a garantia de direitos a crianças e adolescentes:

Art. 3º - **A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana**, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, **a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade** (BRASIL, 1990, p. 1, **grifo meu**).

Observa-se que essas leis afirmam o direito característico a toda criança e adolescente, por uma educação que preze pela qualidade, liberdade e dignidade da pessoa humana. Nessa proposição, a Escola de Tempo Integral busca atender as demandas de sua comunidade, ofertando no contra turno escolar oficinas que venham ao encontro do desenvolvimento cognitivo e cultural da população estudantil.

O primeiro questionário a ser analisado e discutido será o “Questionário Aluno”, esses alunos foram escolhidos pelo critério de participação no Programa

Mais Educação- PME, sendo eles alunos do 5º, 6º 7º e 8º ano, tendo idade entre onze (11) e treze (13) anos, todos os questionários entregues foram devolvidos contabilizando vinte (20) alunos.

6.1 CATEGORIAS DE QUESTIONÁRIOS

Categoria 1: Você gosta de estudar na Educação de Tempo Integral?()

Sim () Não Justifique.

A1= Sim. *Porque a gente iria ficar mais tempo na escola aprendendo coisas novas. (sic)*

A2= Não. *Porque minha mãe quer me colocar no Basquete e eu quero entrar ai o Basquete é das 1:30 às 4:30 e randebol. (sic)*

A3= Não. *Porque eu acho muito cansativo. (sic)*

A4= Sim. *Porque assim fico mais tempo com meus amigos e aprendo mais coisas. (sic)*

A5= Sim. *Porque a gente fica mais tempo intertido se divertindo etc. (sic)*

A6= Sim. *Porque agente aprende mais brinca mais e é melhor que ficar na rua. (sic)*

A7= Sim. *Porque gente fazia atividade com os professores. (sic)*

A8= Não. *Porque já durmo cedo mas mesmo assim acordo cansado no outro dia. (sic)*

A9= Sim. *Porque a gente estuda mais coisas. (sic)*

A10= Sim. *Porque é bem aprender mais conteúdo e fico mais inteligente. (sic)*

A11= Sim. *Porque é bom que a gente aprende mais rapido do que as outras escolas que estudam a metade do dia. (sic)*

A12= Não. *Porque muitas vezes a jente tem que sir. (sic)*

A13= Não. *Porque cansa de mais. Mais pelo um lado é bom para ajudar r desenvolvimento. (sic)*

A14= *Sim. Porque tem muito mais matérias e a gente aprende mais. (sic)*

A15= *Sim. Porque podemos aprender mais. (sic)*

A16= *Sim. Porque eu fico mais com meus amigos e aprendo mais. (sic)*

A17= *Não. podia ter 2 tempos assim fica melhor sem muito barulho etc. (sic)*

A18= *Não. Porque é muito cansativo. (sic)*

A19= *Não. Pois qualquer pessoa tem que ter um tempo para si e para sua família e com o tempo integral isso se torna difícil. (sic)*

A 20= *Sim. Porque eu estudo mais e tenho mais tempo com meus amigos. (sic)*

As informações obtidas permitem entender que há alunos que se encontram satisfeitos com a educação integral e, outros se encontram insatisfeito. O que chama a atenção é a análise que os alunos fazem desse modelo de educação. Os discentes que se encontram satisfeitos fazem uma leitura que destaca como argumento o maior tempo para os estudos e para os amigos, já os alunos insatisfeitos justificam-se dizendo que a escola toma muito de seu tempo, deixando outras coisas significantes para eles sem realização, como a companhia dos pais, atividades esportivas e a realização de cursos, outros ainda se queixam de muito barulho e cansaço.

Segundo Cavalcante (2013) com a ampliação do tempo as crianças e jovens tem a possibilidade de aprender mais com o convívio, pois a escola oferece além de conhecimento científico, a oportunidade de aprenderem se socializando. No entanto, esse não é o único ponto positivo da escola integral que deve ser levado em consideração, os alunos necessitam que na matriz curricular estejam presentes atividades diversificadas, que tragam aos discentes além de conhecimento, a oportunidade de cultura e lazer como enfatiza (BRASIL. MEC, MAIS EDUCAÇÃO PASSO A PASSO, 2009).

Categoria 2: As oficinas que eram oferecidas no Programa Mais Educação como artesanato, dança, xadrez e violão são trabalhadas na Escola de Tempo Integral? Quais? Se não, você sabe o porque?

A1= Não. Porque não é muito tempo. (sic)

A2= também tem reforço para aqueles que tem dificuldade, teatro etc. (sic)

A3= Não nenhuma dessas matérias são trabalhadas. (sic)

A4= Sim, artesanato e xadrez. (sic)

A5= Não, eu não sei o porque. (sic)

A6= Não respondeu

A7= Porque se a gente fazer a oficina no horário errado vira uma baderna.
(sic)

A8= Não só dança e xadrez. (sic)

A9= Não eu não sei o porque. (sic)

A10= sim dança xadrez e violão. Sic

A11= Artesanato, xadrez não sei o porque. (sic)

A12= Sim tem artesanato e xadrez. (sic)

A13= Sim artesanato, dança, xadrez e violão. (sic)

A14= todas. (sic)

A15= Não eu não sei o por que. (sic)

A16= Não tinha nenhuma delas. (sic)

A17= Não respondeu

A18= Dança. Porque é na aula de artesanato mais quase dançamos. (sic)

A19= Não, eu não sei o porquê. (sic)

A20= Não porque a gente estuda o dia inteiro atividade física é só quando tem educação Física. (sic)

As respostas obtidas pelos alunos são controversas, enquanto a maioria deles afirma não haver oficinas na Escola Integral, há uma pequena porcentagem que diz que elas são trabalhadas. No entanto, foi possível observar durante a pesquisa e observação que as oficinas não são trabalhadas. Notou-se no decorrer da leitura dos questionários que muitos alunos não entenderam a pergunta, e, apenas reproduziram o que a entrevistadora havia perguntado.

Logo, ao observar o currículo da escola é possível encontrar na matriz curricular disciplinas que são afins aos macrocampos da educação integral, sendo elas: empreendedorismo, espanhol e educação artística. Assim sendo, como corrobora o documento do Ministério da Educação e Cultura, Mais Educação Passo a Passo:

Indica-se a **organização das atividades por meio de oficinas**, compreendidas como espaços-tempos para a vivência, a reflexão e o aprendizado coletivos e para a organização de novos saberes e práticas relacionadas aos direitos humanos: situações de defesa e afirmação x negação dos direitos humanos e suas implicações na organização do trabalho pedagógicos. Portanto, pressupõe-se este macrocampo em relação permanente com os outros macrocampos e atividades. Trabalhos **interdisciplinares**, projetos articuladores, grupos de estudos e de teatro, oficinas de psicodrama, passeios temáticos, campanhas alusivas ao tema dos Direitos Humanos etc (BRASIL. MEC, 2009, p.6, **grifo meu**).

Diante deste novo contexto e modelo educacional a escola requer novas configurações. Neste sentido a escola deve oferecer além da matriz curricular comum, aulas relacionadas as oficinas ofertadas durante o tempo que a escola desenvolvia o Programa Mais Educação.

Categoria 3: O que você pensa que deveria melhorar para a escola atender melhor seus alunos em tempo integral?

A1= *Varias coisa, por exemplo, banheiro, entre outros (sic).*

A2= *A conversa na sala, os professores, tem alguns professores que são legais e alguns não (sic).*

A3= *Bom eu acho que os banheiros para tomar banho (sic).*

A4= *Os banheiros (sic).*

A5= *Nada só deveria ter mais algumas aulas como dança, artesanato etc (sic).*

A6= *tem que arumar os banheiros porque não da para tomar banho só isso (sic).*

A7= *O conportamento (sic).*

A8= *na hora do almoço eles podiam deixar a gente dormir igual em 2014 (sic).*

A9= *Os banheiros o parquinho ter mais brincadeiras (sic).*

A10= *ter mais opções, melhorar o lanche e etc (sic).*

A11= *aumentar os recreios principalmente na hora do almoço (sic).*

A12= *ter oficinas teatro dança e violão (sic).*

A13= *ter mais educação de novo em tempo integral (sic).*

A14= *no piso (sic).*

A15= *colocar mais coisas legais igual tinha no mais educação (sic).*

A16= *O banheiro, reformar um pouco a escola, colocar uns bosque etc (sic).*

A17= *Não respondeu*

A18= *Algumas Brincadeiras, danças, aulas de xadrez e outros (sic).*

A19= *Melhorar a estrutura do prédio, um espaço indicado só para descanso, mais atividades recreativa e banheiro adequado (sic).*

A20= *O banheiro e o ar condicionado (sic).*

É observável, nas respostas dos entrevistados, que a parte estrutural da escola é o que mais lhes preocupa e incomoda. O banheiro foi o item mais citado por eles. Segundo eles, o banheiro não é adequado para o banho, por esse motivo eles não tomam banho, passando as sete horas sem higienização corporal. Também foi citado por eles que em cada banheiro tem duas pias, no entanto elas não estão em pleno funcionamento, o que dificulta a higienização bucal. Alguns alunos dizem não escovar os dentes porque o banheiro “cheira mal”.

Essas são queixas muito relevantes que precisam ser pensadas pela equipe gestora e pela Secretaria de Educação e Cultura. Assim, como corrobora a Portaria de Educação Integral em Tempo Integral, para Educação Básica/MT, “viabilizar a ampliação e adequação das escolas a fim de garantir espaço apropriado para desenvolver as atividades em tempo integral”. A escola deve além de ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, oferecer condições mínimas para essa permanência, assim como consta no documento do Ministério da Educação e Cultura - Portaria de Educação Integral em Tempo Integral, para Educação Básica/MT (2016).

Categoria 4: Os banheiros são adequados para o banho? Você ou seus colegas tomam banho e escovam os dentes no horário que é destinado ao descanso e a higiene?

A1= *Não, porque as portas não tem trancas e alguns muleques ficam empurrando a porta, mais da para escovar os dentes (sic).*

A2= *Sim, Sim (sic).*

A3= *Não por que os banheiros não são adequados (sic).*

A4= *Não, não (sic).*

A5= *Não, Sim (sic).*

A6= *no banheiro não da para banhar só para escovar os dentes (sic).*

A7= *Sim, porque a gente tomava banho e escovava os dentes na hora certa (sic).*

A8= *não. eu não tom banho más lavo os dentes (sic).*

A9= *Não, Não porque é muita gente para duas pias (sic).*

A10= *não, também não (sic).*

A11= *os banheiros não são adequados para o banho e na hora de escovar os dentes chera mal (sic).*

A12= *Não é adequado não tem igiene (sic).*

A13= *não por que a higiene não é bom. ponomenos eu acho (sic).*

A14= *Sim, o banheiro não é adequado nois tem higiene (sic).*

A15= *Não eu não tomo banho e sim eu escovava os dentes (sic).*

A16= *Não. por que o bamheiro é sujo e não é muito higiênico (sic).*

A17= *Sim (sic).*

A18= *Não. Porque o banheiro é sujo e não é adequado para o banhar (sic).*

A19= *Não e não (sic).*

A20= *Não porque o banheiro é sujo e não tem condições de escovar os dentes porque só uma pia funcionava (sic).*

A análise das respostas dos discentes em relação os banheiros serem inadequados foi compatível com a resposta da questão anterior, quando os alunos apontam o banheiro como algo que deveria melhorar para a permanência e atendimento deles em tempo integral.

Assim, também diante da análise de observação da estrutura da escola, foi identificado que a instituição não está apta para receber seus alunos em tempo integral. A escola não oferece banheiros adequados para a higiene pessoal dos alunos, muitos deles ficam todo o dia sem tomar banho e escovar os dentes após o almoço. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 em seu artigo 3º, parágrafo IX, a escola deve oferecer a garantia de qualidade. Nesse sentido, para que este proposto seja alcançado, a escola precisa estar bem preparada para receber seus alunos em turno integral.

Categoria 5: Você se sente cansado estudando sete horas diárias? ()

Sim () Não. Justifique.

A1= Não. Porque você nunca cansa estudando (sic).

A2= Não. Porque eu gosto de estudar, mas quando a matéria é chata não da tipo (Espanol) (sic).

A3= Sim. Eu me sinto porque acordamos cedo e ficamos até as três sem poder banhar (sic).

A4= Não. porque a gente não fica só estudando, a gente também sair para brincar e faz dinâmicas legais(sic).

A5= Sim. Porque nois praticamente passa o dia inteiro escrevendo (sic).

A6= Não. porque é muito mais legal ficar aqui na escola sete horas (sic).

A7= Não. Porque eu gostava do mais educação(sic).

A8= Sim. a gente podia estudar só de tarde ou só de manha (sic).

A9= Não. Porque eu já me acostumei (sic).

A10= Não. por que não cansa muito estudar só nas aulas de Ed. Física mas a aula de Ed. Física são muito legal (sic).

A11= As vezes eu fico cansado quando eu jogo bola demais na educação física (sic).

A12= Não porque tem a ora do almoso para descansar (sic).

A13= *Sim. por que cansa demais podia voltar o mais Educação não muito cansativo e podia ajudar também (sic).*

A14= *Não. Por que é muito chato (sic).*

A15= *Não. por que eu gosto desse jeito (sic).*

A16= *Sim. Mais ou menos por que as vezes to cansado as vezes não (sic).*

A17= *Sim. é muito ruim ficar 7 horas (sic).*

A18= *Sim. Porque é ruim é a pior coisa estudar 7 horas diárias (sic).*

A19= *Sim. Porque já não basta a escola, eu e muitos alunos tem que chegar em casa e ajudar a mãe nas tarefas de casa e fazer os deveres que os professores mandão (sic).*

A20= *Sim. Porque ficar sentado o dia inteiro cansa (sic).*

Diante das respostas dos discentes nota-se que todos eles ainda não conseguiram compreender o porquê de ficarem no contra turno na escola, ao analisar suas respostas, tanto as positivas, quanto as negativas, percebe-se uma indiferença para com o objetivo da implantação desse modelo de educação integral.

Percebe-se que os alunos não conhecem a realidade que deveria acontecer na Escola de Tempo Integral, quanto a estrutura física, oficinas diversificadas no contra turno e profissionais capacitados para trabalharem essas atividades.

Para Gonçalves *apud* Miguel:

Não se trata apenas de um simples aumento do que já é ofertado, e sim de um **aumento quantitativo e qualitativo**. **Quantitativo** porque considera um número maior de **horas**, em que os espaços e as atividades propiciadas tem intencionalmente caráter educativo. E **qualitativo** porque essas horas, não apenas as suplementares, mas todo o período escolar, são uma **oportunidade** em que os **conteúdos** propostos, possam ser **ressignificados**, revestidos de caráter exploratório, vivencial e protagonizados por todos os envolvidos na relação de **ensino-aprendizagem** (2012, p.17, **grifo meu**).

A segunda pesquisa realizada foi com nove (9) professores, sendo quatro (4) Pedagogo que será identificado como P (1 ao 4), os professores de área identificados como P (5 ao 8) e a coordenadora da escola identificada como (C). Nesta categoria foram realizadas seis (6) perguntas abertas e Cinco (5) fechadas.

Categoria 1: Qual sua visão sobre a Escola de Tempo Integral? Você acredita que esse modelo de educação está dando certo?

P1= *A escola integral se atendesse todas as necessidades seria muito boa, porém a nossa realidade é outra, começando da infra-estrutura (sic).*

P2= *A ideologia da escola integral seria ótima se fosse realizada na integra, com oficinas variadas! Mas do jeito que sendo trabalhada em nosso município é um caos! (sic).*

P3= *Sim (sic).*

P4= *A ideia em si é excelente, pois precisamos formar cidadãos pensantes e conscientes da realidade, porém algumas situações tem que ser revistas (sic).*

P5= *Penso ser um modelo efetivo de ensino e aprendizagem. Este modelo precisa ser aprimorado para esta estrutura escolar (sic).*

P6= *Seria ótimo se tivesse estrutura física e profissionais e matérias que interagissem os alunos o dia todo. Nesse momento não está dando certo (sic).*

P7= *Em se tratando de aprendizagem quanto mais o aluno estuda mais ele aprende. Por outro lado existe aqueles alunos que não tem interesse isso faz com que a aprendizagem fique limitada (sic).*

P8= *Faltou um melhor planejamento para a implantação da mesma, pois a estrutura física da escola é precária e não oferece condições para um bom trabalho pedagógico (sic).*

C= *A escola de tempo integral é boa e necessária para a realidade atual. Mas infelizmente ainda não está dando muito certo, ou seja não está atendendo os objetivos esperados, falta muitas adequações como infraestrutura das unidades escolares e um currículo definido (sic).*

Diante das respostas dos professores percebe-se que apesar da escola estar trabalhando há dois anos com a Educação Integral, a mesma ainda não se encontra preparada para receber seus alunos em dois turnos.

Sua estrutura física ainda é a mesma da escola de dois anos atrás, e ainda seu currículo não está adaptado para este ensino de tempo integral onde segundo (CAVALCANTE, 2013), a escola integral deve ser vista como um “horizonte da melhoria da educação”, com um currículo onde as disciplinas atendam a necessidade dos alunos, levando até eles o que não teriam condições de ter ou acessar por falta de condições financeiras.

Categoria 2: Você sabe qual é o currículo da Escola de Tempo Integral? Ele é trabalhado nessa escola? Justifique.

P1= *Não respondeu*

P2= *A matriz curricular deveria atender de forma específica com oficinas atrativas com profissionais qualificados, porém nossa escola nem currículo específico temos(sic).*

P3= *Parcialmente, ela são trabalhadas na medida do possível (sic).*

P4= *A nossa matriz tem 35 horas semanais de carga horária, com as disciplinas de: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Empreendedorismo, Filosofia, Sociologia, Ciências, Arte, A.A.C, Inglês, Espanhol, Saúde e Meio Ambiente, Educação Física e Informática (sic).*

P5= *Os professores seguem a matriz curricular oferecida pela ESMEC (sic).*

P6= *Não. Não foi apresentado ainda. Inclusive na legislação do município ainda é escola de tempo regular (sic).*

P7= *Sim! A escola é privilegiada em ter profissionais nas áreas específicas (sic).*

P8= *Na medida do possível acredito que é trabalhada, porque além da estrutura física não ajudar, também não existe profissionais qualificados nas áreas diversificadas (sic).*

C= *Sei. Sim. Essa escola tem atendimento em tempo integral e temos a matriz que deve ser cumprida. 35 horas semanais (sic).*

Segundo a análise realizada, alguns professores desconhecem a matriz curricular que trabalha, não consegue diferir o que é currículo comum de atividades diversificadas que são derivadas dos macrocampos do Programa Mais educação (oficinas). Assim, embora a escola trabalhe como disciplinas derivadas dos macrocampos como empreendedorismo, saúde e meio ambiente, atividades artísticas culturais e outras, essas atividades são trabalhadas em sala de aula, se tornando assim aos olhos dos professores e alunos como uma disciplina da matriz curricular comum.

Para a Portaria Implantação de Educação Integral em Tempo Integral, para Educação Básica/MT, em seu documento do Ministério da Educação e Cultura, relata em seu artigo 2, parágrafo 2º:

Os componentes da parte diversificada serão desenvolvidos de forma articulada e complementar aos da base nacional comum, de modo a propiciar ampliação, aprofundamento e diversificação curricular, visando ao desenvolvimento das habilidades e competências que fundamentam o processo de aprendizagem dos alunos (BRASIL. MEC, 2016, p.1).

Neste viés pressupõe-se que a matriz curricular deve ser trabalhada de maneira diversificada, ou seja, extra classe e com atividades atrativas que proporcione aos alunos aprendizagem de forma lúdica.

Categoria 3: “O que você pensa sobre o currículo da Escola de Tempo Integral? Ele está compatível com as oficinas que eram oferecidas nesta escola quando a mesma fazia parte do Programa Mais Educação?”

P1: *Não, pois não temos oficinas (sic).*

P2: *Nossa escola simplesmente está operando de um modo regular, só que em 7 horas aulas. Não está sendo oferecida oficinas diferenciadas, o aluno estuda das 7 às 15:30 (sic).*

P3= *Não sei informar em relação ao programa + educação, pois não estava trabalhando na época do Programa Mais Educação nessa escola (sic).*

P4= *A escola não trabalha com oficinas (sic).*

P5= *O currículo deve ser melhorado. Não fiz parte docente quando aplicava-se o mais educação na escola (sic).*

P6= *Não nada do que tinha no Mais educação é oferecido hoje (sic).*

P7= *A escola realiza várias atividades isso faz com que a responsabilidade aumenta e cada professor assuma seus compromissos (sic).*

P8= *Não tenho muito conhecimento sobre o Programa Mais Educação (sic).*

C= *Acredito que o currículo ainda deve ser feito algumas adaptações. Está compatível sim (sic).*

Assim como relata os professores entrevistados o currículo da Escola de Tempo Integral precisa de um novo olhar, onde as pessoas que compete a ele elaborar possam de fato perceber que o currículo assim como a estrutura escolar são fundamentais para o bom desempenho da qualidade de educação.

Para Cavalcante (2013, p.21):

Tal agir deverá estar pautado em uma metodologia dinâmica que garanta a **ressignificação do currículo institucional**, afim de torná-lo próximo à **realidade imediata**; imerso num processo constante de **ação-reflexão-ação** como fonte de avaliação diagnóstica e dialética capaz de engendrar novas possibilidades em prol de uma **educação qualitativa (grifo meu)**.

Assim, percebe-se que a Educação Integral abrange muito mais que somente a ampliação de tempo, ela agrega toda sua estrutura tanto física como na formação de cidadãos autônomos, sendo o currículo peça fundamental para que essa educação aconteça.

Ivani Fazenda (1998) discute o currículo como forma interdisciplinar, dando ênfase ao ensino que os alunos necessitam, pois segundo a autora um currículo que trabalhe com a interdisciplinaridade proporciona um ensino e aprendizagem através de diversas formas do conhecimento, podendo ser esses meios as oficinas que deveriam ser desenvolvidas no contra turno escolar.

Categoria 4: Você acredita que essa escola está apta a trabalhar em tempo integral se levar em consideração a estrutura física, currículo e professores capacitados para atender essa demanda?

P1= *Levando em consideração a estrutura física a escola não está preparada p/ trabalhar tempo integral (sic).*

P2= *De jeito nenhum! Ainda há muito que melhorar, tanto na parte estrutural, quanto na parte profissional (sic).*

P3= *Parcialmente, pois a estrutura física ainda precisa ser melhorada (sic).*

P4= *Os professores estão em constante capacitação, porém a falta de estrutura física e currículo faz com que essa educação em tempo integral deixe a desejar (sic).*

P5= *Acredito que muitas melhorias devem ser feitas. Os professores das disciplinas básicas estão habilitados, falta espaço físico e oficinas (sic).*

P6= *Não se encontra apta (sic).*

P7= *Na parte alimentícia acho que não. Os alunos comem muito e as vezes falta almoço (sic).*

P8= *Acredito que não, pois os alunos deveriam ter mais atividades diferenciadas de acordo também com aptidão pessoal de cada um (sic).*

C= *Não está apta (sic).*

Quando indagados sobre a estrutura escolar não estar apta para receber os alunos em tempo integral todos os entrevistados colocaram que este modelo de educação foi implantado, porém eles ainda trabalham como se fosse uma escola de tempo normal, sem adaptações. Sendo a Escola de Tempo Integral decidida pelos órgãos superiores como a Secretaria de Educação e Cultura deste município, e implantada sem a consulta e aceitação da população.

Assim como relata (CAVALCANTE, 2013), para que a Educação Integral aconteça de forma eficaz é necessário que haja um envolvimento de todos neste processo como: os pais, professores, técnicos, educandos e todas as demais pessoas que formam a escola.

Categoria 5: Quais foram os avanços ou retrocessos que você observou durante a implantação da escola integral?

P1: *Não respondeu.*

P2: *Cansaço por parte de ambos, desânimo, falta de interesse (sic).*

P3= *Os avanços tiveram na medida do possível, principalmente para as series iniciais (sic).*

P4= *Avanços: Maior tempo para alfabetizar. Retrocesso: Alunos cansados pela extensa carga horária e desinteresse pelas aulas teóricas que exigem um maior esforço intelectual (sic).*

P5= *Melhorias no tempo para apoio pedagógico, porém alunos completamente desmotivados e cansados para desenvolver as atividades propostas em sala (sic).*

P6= *Desgaste dos profissionais e alunos (sic).*

P7= *Não estou desde o início não posso responder (sic).*

P8= *Retrocessos: diminuição no número de alunos, alunos mais indisciplinados, pouca participação da família na vida escolar dos alunos. Avanços: Não percebi (sic).*

C= *Retrocessos: a indisciplina aumentou. Avanços: ainda não percebemos avanços (sic).*

Quando indagados sobre os avanços e retrocessos vistos por eles durante o tempo de trabalho já realizados na escola, observou-se que uma grande porcentagem desses profissionais perceberam muitos retrocessos nos alunos, pois eles se sentem muito cansado e acabam não rendendo o que é esperado.

Nessa perspectiva Darcy Ribeiro *apud* Oliveira e Kiss (2014), afirma que a Educação de Tempo Integral vem ao encontro das necessidades dos alunos de baixa renda, pois esse ainda segundo Darcy não apresentava um bom desenvolvimento escolar pelo pouco tempo em ambiente escolar. Dessa forma, a Educação de Tempo Integral proporciona um tempo maior de ensino aprendizagem a essa mazela da população.

Categoria 6: Em sua opinião a razão dos alunos do oitavo ano/2015 não terem renovado suas matrículas é devido ao tempo que os mesmos têm que passar na escola sem terem acesso a lazer e cultura?

P1= *O tempo foi um dos grandes fatores, muito tempo na escola (sic).*

P2= *Contribuiu bastante para o afastamento de muitos alunos não só do 8º ano (sic).*

P3= *Não sei informar (sic).*

P4= *Acredito que seja pelo fato que eles necessitam desenvolver outras atividades como: cursos profissionalizantes (sic).*

P5= *Não tenho conhecimento aprofundado a este respeito (sic)*

P6= *Sim. Pois nessa idade esses alunos querem lazer, fazerem cursos (que sempre são em contra turno) e, até mesmo trabalhar (sic).*

P7= *É uma resposta individual de cada aluno por isso não posso responder por todos (sic).*

P8= *A maioria dos alunos não queriam mais permanecer em tempo integral, pois não tinham tempo para outras atividades paralelas como: cursos do Senai, informática, atividades esportivas e por se dizerem cansados de permanecer o dia todo na escola (sic).*

C= *A justificativa dos alunos é que iam trabalhar ou fazer curso no SENAI (sic).*

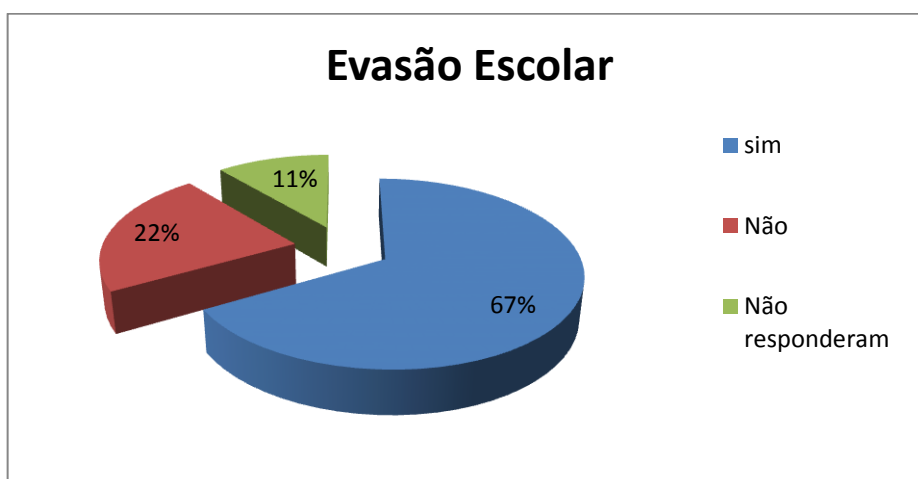
Observa-se que a maioria dos professores acreditam que a Escola Integral foi um fator relevante para essa evasão, nesse sentido responderam os alunos queriam mais tempo para atividades diversificadas no contra turno.

Neste sentido Cavalcante (2013) aborda a Educação de Tempo Integral como algo que vai além de ampliação de tempos e espaços, buscando a “qualificação profissional”. Assim, a Escola Integral deveria oferecer atividades que viessem ao encontro dessas demandas dos alunos, garantindo assim menos evasão escolar.

Para a análise do questionário de número sete (7) ao onze (11), as respostas serão apresentadas em gráficos, para uma melhor apresentação e entendimento do leitor.

Categoria 7: A evasão escolar diminui com a Escola Integral? Sim () Não ().

Gráfico 1 - Evasão Escolar



Fonte: Autora

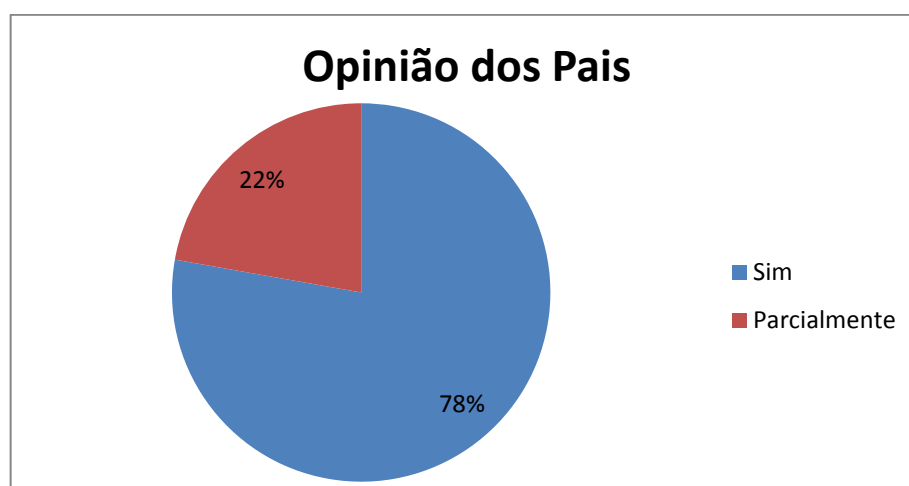
Diante das respostas obtidas através dos questionários observa-se que este modelo de educação ainda não consegue ganhar a atenção dos discentes, pois a evasão escolar nesta escola ainda continua e em especial ao se tratar de adolescentes entre 13 (treze) e 15 (quinze) anos, como demonstra o gráfico acima exposto.

Dos entrevistados 67 % acreditam que a evasão tem aumentado com a implantação da Escola Integral, 22% acreditam que nada mudou e 11% não responderam.

Nessa perspectiva a evasão escolar nesta escola encontra contrapondo a teoria por ela ofertada, esta realidade se aparenta nitidamente quando o documento do Ministério da Educação e Cultura - Mais Educação Passo a Passo (2009), coloca como critério para a implantação da Escola de Tempo Integral as escolas que se encontram com grande número de crianças se evadindo por falta de oportunidade de cultura, lazer e conhecimento em um mesmo ambiente educacional.

Categoria 8: “Os pais de alunos concordaram com a Escola de Tempo Integral?”

Gráfico 2 - Opinião dos Pais



Fonte: Autora

Nesse gráfico 2, estão colocados os dados referentes a opinião dos pais dos alunos em relação a implantação desse modelo de ensino. Assim, foi possível constatar que 78 % dos pais segundo a opinião dos professores e coordenação

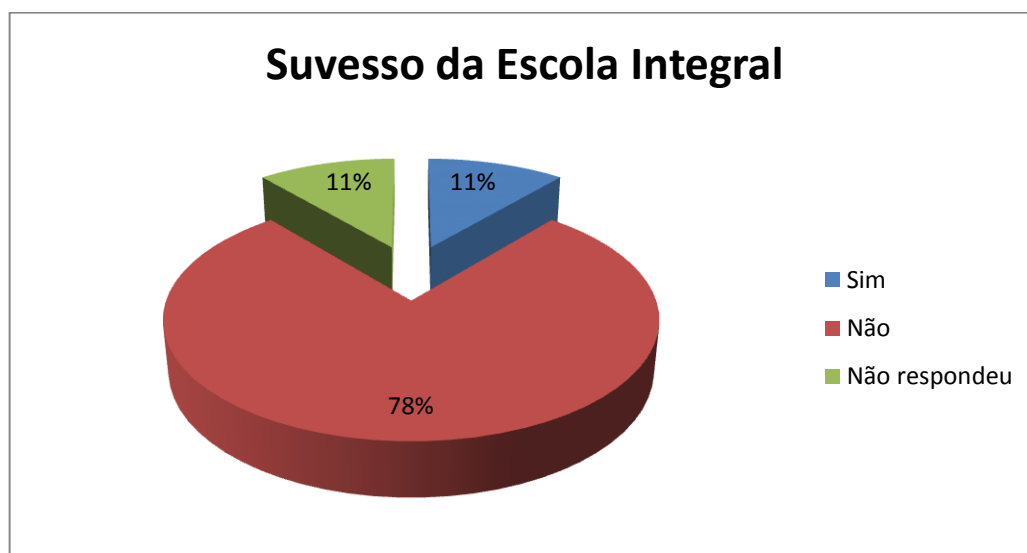
acreditam que os pais dos discentes estão contentes com a Educação em Tempo Integral, pois apenas 22% dos profissionais responderam que não.

Assim como corrobora o documento do Ministério da Educação e Cultura - Manual da Educação Integral para Obtenção de Apoio Financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola “a Educação Integral também compõe as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual prevê que a formação do estudante seja feita, além da escola, com a participação da família e da comunidade” (BRASIL. MEC, 2010, p.2).

Neste viés a aceitação da família para com este modelo de educação integral deve ser respeitada, pois a escola caminha de mãos dadas com a comunidade, se os pais não apoiam esta educação logo os mesmos não iram contribuir para o desenvolvimento de aprendizagem de seus filhos e isto espelhará na escola.

Categoria 9: Você acredita que a escola integral tem alcançado o sucesso almejado pelo governo federal ao implanta-lo?

Gráfico 3 - Sucesso da Escola de Tempo Integral



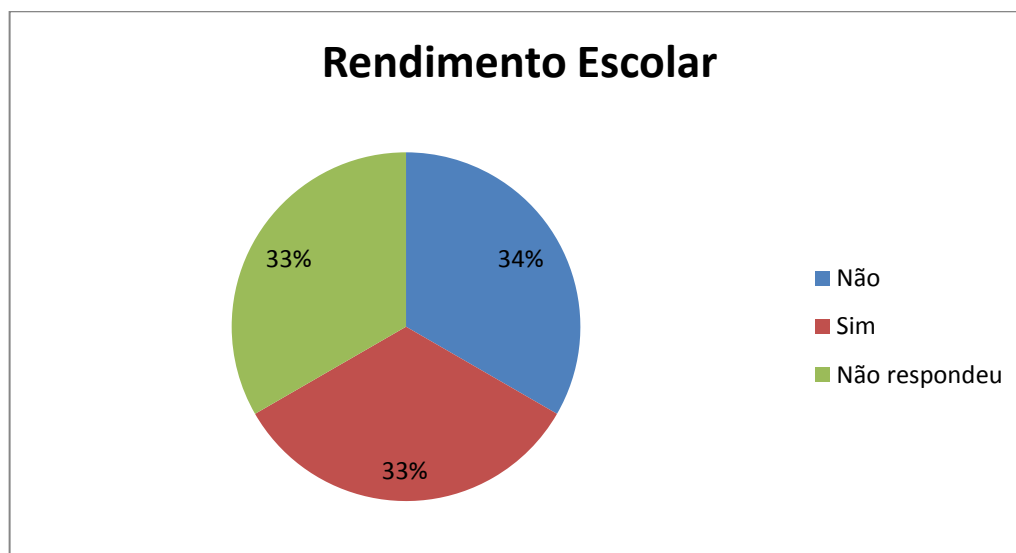
Fonte: Autora

Ao analisar esse gráfico observa-se que a opinião dos professores são divergentes, pois 78% desse grupo de profissionais da educação acredita que o Governo Federal tem conseguido alcançar sucesso e metas ao implantar a escola

Integral. Já um outro grupo que corresponde a 11% pensam que não e 11% não responderam. Vários podem ser os fatores que impedem o sucesso que foi colocado pela minoria dos entrevistados, no entanto para o documento do Ministério da Educação e Cultura - CEINT: Coordenação de Educação Integral, para que a Escola de Tempo Integral consiga atingir seus objetivos é preciso que a mesma apresente estrutura física, matriz curricular e professores capacitados para atender as necessidades desta realidade educacional (BRASIL. MEC, 2012).

Categoria 9: O rendimento dos alunos caiu após a implantação da Escola de Tempo Integral?

Gráfico 4 - Rendimento Escolar



Fonte: Autora

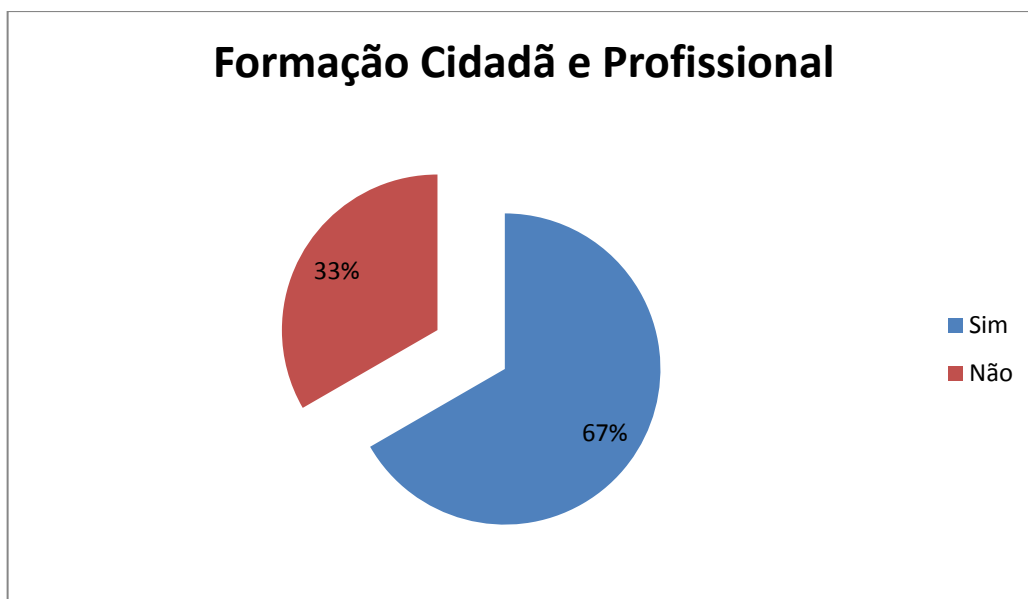
Ao indagados sobre o rendimento escolar dos alunos, 34% dos entrevistados pensam que o rendimento caiu, 33% acreditam que não e 33% não souberam responder. Entende-se diante das respostas tanto positiva quanto negativa que estes fatores estão relacionados com a ampliação de jornada escolar.

Porém, ao observar esta escola foi possível perceber que o rendimento dos alunos diminuiu positivamente após o almoço. Esse elemento poderá estar relacionado com o fato dos alunos não terem um momento de descanso, com lugares apropriados.

Dessa forma Cavalcante (2013) corrobora discorrendo sobre a escola, “o espaço educativo precisa valorizar a experimentação e a pesquisa, oferecer oportunidades de acesso à diversidade de recursos, ser prazeroso e promover um ensino de qualidade”. Neste sentido, percebe-se que a escola analisada ainda precisa rever alguns de seus conceitos mediante a possibilidade da Escola de Tempo Integral formar cidadãos para a vida, neste propósito esta escola necessita levar até os alunos mais oportunidades de conhecimento e infraestrutura adequada.

Categoria 10: A Escola de Tempo Integral está formando cidadãos para vida profissional e pessoal, assim como relata em seus documentos de apresentação?

Gráfico 5 - Formação cidadã e Profissional



Fonte: Autora

Nesse gráfico, estão apresentados os resultados sobre a formação cidadã e profissional dos alunos da Escola Integral. Dos professores entrevistados 67% acredita que sim, a formação cidadã para a vida pessoal e social está sendo executada, porém 33% desses profissionais pensam que não.

Assim, pode-se dizer que a escola não está apta a prestar essa formação, pois se estivesse todos os professores concordariam. Embora a Educação em

Tempo Integral traga consigo um enorme discurso de preparar o cidadão de hoje para o futuro, estes ainda são pensamentos que precisam ser colocados em práticas.

A discussão em torno dessa questão de formação de pessoas é a meta mais difícil, porém a mais importante de todas que o Governo Federal coloca ao se implantar a Escola de Tempo Integral. Para o documento do Ministério da Educação e Cultura - CEINT: Coordenação de Educação Integral “A educação integral pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões” (BRASIL. MEC, 2012, p.4).

Nesse propósito, a Escola de Tempo Integral possui no seio da comunidade uma grande missão a fazer. Apostando forte em um ensino intelectual e cultural, afim de garantir a permanência dos alunos na escola, e que essa permanência traga frutos.

A terceira pesquisa realizada foi com a Secretária de Educação e Cultura do Município de Juína que será identificado como (P3). Para esta categoria foram elencadas seis questões abertas.

Categoria 1: Quanto tempo o Programa Mais Educação precisa ser desenvolvido na escola para poder se efetivar como Escola de Tempo Integral?

P3: Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio oficinas com atividades optativas, por 03 (três) anos, após esse período as escolas optam por assumir um educação de Tempo Integral.

Observa-se que a Escola de Tempo Integral já passou por um período de “estágio”, pois essa escola já passou três anos trabalhando com uma carga horária de sete horas diárias, ofertando atividades diferenciadas. Assim, a Escola Integral possui uma visão de como deve ser trabalhado a matriz curricular desse modelo de educação. Implantando-o da melhor forma possível para o sucesso dessa educação contemporânea.

Categoria 2: O currículo da Escola de Tempo Integral é definido por quem? Quais os critérios para essa definição?

P3: Após os três anos de Programa Mais Educação, as Escolas Municipais Urbanas tiveram que avançar para a Educação de Tempo Integral decisão tomada pela Gestão do município. E com isso, as escolas tiveram que se organizar enquanto Grade Curricular que foi pensada pelos gestores, Coordenadores Pedagógicos das escolas envolvidas Secretária Municipal de Educação levando-se em consideração as experiências vivida pelos três anos do Programa Mais Educação. Nesse sentido, se faz necessário abordar a importância do currículo e como acontecia sua construção no interior da escola para que pudéssemos construir uma proposta curricular, não mais dividida em turnos e contra turnos, mas sim tendo como base a interdisciplinaridade e a articulação curricular entre as disciplinas da parte diversificada. Uma vez que agora as disciplinas parte diversificada não seria mais oficinas trabalhadas por monitores mas sim, disciplinas trabalhadas pelos profissionais da rede municipal. O critério utilizado pelos profissionais que se envolveram na organização da grade curricular foi procurar não desperdiçar o que as escolas já vinham trabalhando de conteúdo nas oficinas. E com isso, optam por criar um currículo voltado aos macrocampos do Programa Mais Educação.

Observa-se que na fala da P3 se diverge da fala do P1 e P2, pois eles relatam que não fizeram parte da discussão da implantação deste novo modelo, e que esta decisão veio por meio da Secretaria de Educação.

Para o documento do Ministério da Educação e Cultura - CEINT: Coordenação de Educação Integral:

Ofertar **Educação integral** exige o envolvimento de todo o corpo escolar, mas também da comunidade e do governo em suas diversas frentes, **visando organização e preparação** para enfrentar os desafios apresentados, pois “A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente o projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação”. (BRASIL. MEC, 2012, p.2, **grifo meu**).

De acordo com esta premissa percebe-se que para que a Escola de Tempo Integral possa alcançar suas metas tem que contar com o apoio de todos os envolvidos, pois estes conhecem a realidade da escola e tem a possibilidade de agregar paradigmas de coerência para este modelo de escola contemporânea.

Categoria 3: Porque as oficinas trabalhadas na escola quando a mesma fazia parte do Programa Mais Educação não acontece na Escola de Tempo Integral?

Ressalta que parte das respostas foram identificadas em sites educacionais na internet.¹⁸

P3: As oficinas acontecem, o que diferenciam é que agora essas oficinas estão inseridas como disciplina na parte diversificada da Grade Curricular. Conforme o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades presentes no acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; culturas e artes; cultura digital; promoção de saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Diante da observação realizada nesta instituição é possível perceber que a Matriz Curricular da Escola de Tempo Integral não abrange as oficinas que eram trabalhadas durante o Programa Mais Educação. Para (BRASIL, 2009, apud CAVALCANTE 2013, p.24):

São **atividades** de livre escolha da escola, que se enquadram como **complementares** ao currículo obrigatório, tais como: atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço escolar, aulas de informática, **educação para a cidadania e direitos humanos, entre outras atividades (grifo meu).**

A este propósito é evidente que para a realização de um currículo que traga conhecimento e diversidade para os alunos é preciso que as disciplinas estejam de acordo com as áreas temáticas do Programa Mais Educação.

Categoria 4: A escola em questão está apta a receber seus alunos em tempo integral? Sua estrutura física é compatível com o Programa do Governo Federal? Justifique.

¹⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual Operacional de Educação Integral**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11452-manual-operacional-de-educacao-integral-2012-pdf&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 18 abr. 2016.

Evidencia-se que parte das respostas foram identificadas em sites educacionais¹⁹ na internet.

P3: Nenhuma escola municipal urbana esta adaptada totalmente para atender seus alunos para uma Educação de Tempo Integral para Mas se esperarmos que as escolas fiquem prontas nunca estaremos preparados. Pois, creio que vamos nos adaptando conforme os problemas e dificuldades vão surgindo porque Educação de Tempo Integral é para nós do município está sendo um processo de aprendizagem. Para a concretização desse espaço escolar, há desafios a ser enfrentados, o espaço físico é o primeiro obstáculo para seu desenvolvimento, além de professores que ainda precisam procurar superar o antigo modelo educacional de tempo reduzido. Por isso a formação continuada para professores e demais profissionais da escola é fundamental para o acolhimento dos alunos na escola, bem como assegurar a permanência de alunos, ofertando assim uma educação integral de qualidade.

A resposta do P3 vem de encontro com a realidade desta instituição quando relata que a escola não tem estrutura para ofertar tempo ampliado. Outro aspecto citado por ela que precisa ser modificado é a formação dos professores desta escola, que devem receber uma formação que venha de encontro com as expectativas de Escola Integral, assim como corrobora o documento do Ministério da Educação e Cultura - Passo a Passo Mais Educação (BRASIL. MEC, 2009, p.4) ao dizer que “a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens”.

Categoria 5: Qual seu olhar mediante a real situação vivenciada pelos professores e alunos na Escola de Tempo Integral? O que é preciso ser feito para que a Escola de Tempo Integral alcance os objetivos e metas proposta na sua teoria?

Ressalta que parte das respostas foram identificadas em sites educacionais na internet.²⁰

¹⁹ SANTOS, Aurea Andreza Silva dos; OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. **O Programa mais educação e a indução da educação integral desafios para o currículo escolar**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283199868_O_Programa_Mais_Educacao_e_a_inducao_d_a_educacao_integral_desafios_para_o_curriculo_escolar> Acesso em: 18 abr. 2016.

P3: Nas Escolas Municipais Urbanas, a Escola de Tempo Integral não é mais teoria, já estamos trabalhando a dois anos. No entanto, com muita dificuldade pois, todas as mudanças seja ela onde for, o começo sempre é muito difícil. Para os próximos anos penso que terá grandes desafios para o Gestor Municipal que estiver a frente da Secretaria. Pois, o PME (Plano Municipal de Educação) já está pronto e nele a Educação de Tempo Integral ocupou um espaço especial. Plano esse que tem uma vigência de 10 anos onde o ano de 2023 terá que ter todas as suas metas atingidas. Uma das metas é a ampliação da jornada escolar com atividades que complementam e se articulam com a formação regular dos alunos. A outra meta valorização dos profissionais: se não avançarmos na valorização e na melhoria das condições de trabalho dos profissionais de educação, não tem como fazer educação de qualidade nas Escolas de Tempo Integral. Uma delas é fazer com que este professor trabalhe exclusivamente na Escola de Tempo Integral, isto é que não tenha vínculo com outra rede. Esse profissional tendo seu tempo dedicado a uma única escola, com certeza seu trabalho será de qualidade.

A P3 ao responder esta questão menciona que a “Escola de Tempo Integral não é mais teoria”, porém o que se observa nesta escola é somente a ampliação de tempos, onde espaço e matriz curricular não se encontram de acordo com a necessidade de uma escola que atende alunos durante sete horas diárias. Outro fator que esta entrevistada coloca é a condição em que os professores concursados desta escola se encontram, eles são efetivos em duas redes de ensino e assim como ela relata este é um ponto a ser analisado para o sucesso da ampliação de tempo escolar.

Categoria 6: Quais as metas do Governo Federal ao implantar a Escola de Tempo Integral? Ele transfere alguma verba para a escola?

Destaca-se que parte das respostas foram identificadas em sites educacionais na internet.²¹

P3: Além da melhora da qualidade do ensino a partir da oferta de uma formação diferenciada para os estudantes, a escola de tempo integral pode

²⁰ BRITO. Juciara. **FUNDEF e FUNDEB: o que avançou na educação.** Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/juciarabrito503/slide-fundef-x-fundeb>> Acesso em: 18 abr. 2016.

²¹ Ibid.

contribuir para afastar crianças e jovens dos riscos das ruas, já que auxilia os pais que precisam trabalhar e não têm onde deixar os filhos. O valor que cada município recebe depende da arrecadação e do número de matrículas da rede. Ao final de cada ano, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é responsável pela administração do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação) divulga as previsões de recursos para o próximo período (ano). O cálculo do valor recebido por aluno é feito da seguinte forma: o Estado repassa para o fundo 20% da receita de oito impostos: FPE, FPM, ICMS, IPI, Desoneração das Exportações, ITCDM, IPVA, ITR-Cota Municipal. A distribuição desse total é feita com base nas matrículas, a partir dos dados do Censo Escolar.

Diante da fala da P3 a Escola de Tempo Integral tem dentre seus objetivos diminuir o número de crianças que ficam na rua no contraturno, levar atividades diferenciadas que possam atrair a atenção dos alunos com a finalidade de garantir sua permanência na escola.

Assim, o documento do Ministério da educação e Cultura - CEINT: Coordenação de Educação Integral corrobora a partir da concepção que:

Prover, nas **escolas de tempo integral**, preferencialmente para crianças das famílias de menor renda, no mínimo **duas refeições**, apoio às tarefas escolares, a **prática de esportes e atividades artísticas**, nos moldes do Programa de Renda Mínima (hoje Programa Bolsa família) associado a Ações Sócio-Educativas (BRASIL. MEC, 2012, p.5)

Assim sendo, a meta do Governo Federal em partes vem sendo alcançados, pois as famílias carentes apoiam este modelo de educação, entendendo que esta é uma oportunidade para que seus filhos fiquem mais seguros durante o período que os mesmos estejam trabalhando, também estão de acordo porque os alunos da Escola de Tempo Integral tem o ensejo de conseguir ter para sua vida diária cultura e lazer diante das atividades apresentadas pelas matrizes curriculares.

7 CONCLUSÃO

O intuito desta pesquisa surgiu da necessidade de se discutir a Educação em Tempo Integral, haja vista que este novo modelo de educação embora implantado em muitas cidades e estas tenham alcançado sucesso, na escola pesquisada no Município de Juína no Estado de Mato Grosso esta faceta ainda não se concretizou.

Diante dos dados coletados, percebe-se que as oficinas, na Escola de Tempo Integral pesquisada do Município de Juína, não são realizadas por falhas do sistema o qual não oferece os requisitos necessários para a sua efetivação. No caso da escola percebe-se como fator negativo para a realização, a estrutura da escola que necessita ser refeita, sem se esquecer de espaços para o descanso, banheiros apropriados para o banho e higiene pessoal de cada aluno, e que traga espaços novos para atividades diferenciadas como teatro, artesanato, natação, jogos etc, e também a qualificação dos profissionais para trabalharem de maneira diversificada as disciplinas integrantes da matriz curricular da escola integral.

A escola pesquisada não conta com professores para o contra turno escolar, os quais deveriam aplicar as atividades diferenciadas ,“oficinas” em que necessita ser profissionais capacitados para tais atividades. Outro fator negativo para esse insucesso é a falta de conhecimento dos professores dessa unidade em relação a Escola de Tempo Integral, pois foi possível perceber que eles não sabem como deveria funcionar a escola em tempo integral. A maioria desses profissionais não sabem nem a matriz curricular em que eles próprios trabalham.

Diante dessa conjuntura, é nítido que se os profissionais da escola não conhecem o método de trabalho que deveria nortear a escola de tempo integral, logo eles não conseguem aplicá-lo na prática.

A escola analisada trabalha com o currículo de Escola Integral há pouco mais de dois anos, no entanto, seus corpos docentes, a estrutura física da escola não estão preparados para atender as necessidades que o currículo da Escola de Tempo Integral precisa e necessita para formar cidadãos críticos e reflexivos para exercer a sua cidadania.

Nessa premissa, é importante destacar que a escola, quando desenvolvia o Programa Mais Educação executava esse projeto de forma coerente com a teoria, já, a partir de sua execução como Escola de Tempo Integral a escola se encontra defasada diante da realização da matriz curricular desse modelo de educação, pois não consegue trabalhar com as oficinas e ou atividades diversificadas propostas pelo Programa de Educação Integral.

Este trabalho vem ao encontro com a necessidade desse município precisar de escolas que atendam em tempo integral, mas de forma que esta traga benefícios aos alunos, como proposto em seus documentos quando relatam os princípios de uma Educação Integral como “direito inerente a vida”.

Espera-se que esta pesquisa contribua não somente com a formação acadêmica da pesquisadora, mas também, com todos os profissionais e estudantes da área da Educação.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). **Projeto Araribá: história**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e Pedagogia**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, José Alfredo de. A USAID, o regime militar e a implantação das escolas polivalentes no Brasil. **Revista de Epistemología y Ciencias Humanas**. Disponível em: <[http://www.revistaepistemologi.com.ar/biblioteca/07ARAUJO\(1\).pdf](http://www.revistaepistemologi.com.ar/biblioteca/07ARAUJO(1).pdf)> Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL. MEC. **Programa Mais Educação Passo a Passo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf> Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. **Manual Da Educação Integral Para Obtenção De Apoio Financeiro Através Do Programa Dinheiro Direto Na Escola Pdde/Integral**, No Exercício De 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8143-c-manual-pdde-2010-educacao-integral-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ouvidoria/documentos/constituicao-brasileira> > Acesso em: 30 abr. 2016.

_____. **CEINT: Coordenação de Educação Integral**. Manual de Dúvidas. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2013/09/manualdedvidasdeeducacaointegral-DF.pdf>> Acesso em: 28 out. 2015.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **Resolução SE 6, de 19-1-2016.** Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.dersv.com/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SE_6_2016_Organizacao_curricular_EF_ETI.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **Portaria nº. 035/2016/gs/seduc/mt Implantação de Educação Integral em Tempo Integral, para Educação Básica/MT.** 2016. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/SiteAssets/Paginas/Educa%C3%A7%C3%A3o-Integral-em-Tempo-Integral/PORTARIA%20-%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INTEGRAL%20EM%20TEMPO%20INTEGRAL.pdf> Acesso em: 28 maio 2016.

_____. Ministério da educação. MEC. Ideb. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ideb-sp-1976574996>> Acesso em: 26 maio 2016

BATISTA, Leônidas Pimentel. **Aspectos Históricos Do Sistema Educacional No Brasil E Seus Paradigmas Na Busca Da Qualidade.** Disponível em: <<http://www.ratio.edu.br/dados/trabalhosociedade/revista0309/tres.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação.** Portugal: Porto, 1994.

CASTILHO, Auriluce Pereira; Nara Rúbia Martins, BORGES; Vânia Tanús, PEREIRA. **Manual de Metodologia Científica.** 2011. Disponível em: <<http://www.ulbraitumbiara.com.br/OLD/manumeto.pdf>> Acesso em: 29 maio 2016.

CAVALCANTE, Rosana. **Educação Integral: possibilidades e desafios** 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105674/ROSANA%20CALVACANTE.pdf?sequence=1>> Acesso em: 04 maio 2016.

COLLOR, Fernando. **Brasil:** Um projeto de reconstrução nacional. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243024/01928.pdf>> Acesso em: 29 maio 2016.

FAZENDA, Ivani. **Didática e Interdisciplinaridade.** 10º ed. São Paulo: Papirus, 1998.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva – 1881.** 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a12.pdf>> Acesso em: 29 maio 2016.

FERREIRA, Cassia Marilda Pereira dos Santos. **Escola em tempo integral: possível solução ou mito na busca de qualidade?** 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2007/2007%20-%20FERREIRA,%20Cassia%20Marilda%20Pereira%20dos%20Santos.pdf>> Acesso em: 28 maio 2016.

FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. **Poder e Relações Políticas na Educação: o Método Lancaster no Ensino Público do Espírito Santo (1827 a 1871).** 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_8073_Tese%20Dirce%20Nazar%E9%20de%20Adrade%20Ferreira20150721-151914.pdf> Acesso em: 29 maio 2016.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios.** Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à práticas educativas.** 1996. Disponível em: <http://www.apoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf> Acesso em: 29 maio 2016.

GHIRALDELLI JR. Paulo. **História da educação brasileira.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educadores.** 2001. Disponível em: <<http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na educação: artes e ofícios da participação coletiva.** 18 ed. São Paulo: Papirus, 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Manifesto dos pioneiros da educação nova.** 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>> Acesso em: 22 abr. 2016.

MENEZES, Janaina S.S.. **Educação em tempo integral: Direito e Financiamento.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n45/10.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2016.

MIGUEL, Ana Silva Bergantini. **Educação Integral e as políticas públicas curriculares de ampliação do tempo escolar: uma análise do município de Bebedouro (SP).** Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/Ganga15/educacao-integral-e-as-politicas-pblicas-curriculares-de-ampliao-do-tempo-escolar-uma-anlise-do-municipio-de-bebedouro-sp>> Acesso em: 30 abr. 2016.

MCKERNAN, James. **Currículo e imaginação**: teoria do processo, pedagogia e pesquisa-ação. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOLL, Jaqueline(org.). **Série Mais Educação Educação Integral**. Brasília, 2009. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

NASCIMENTO, Paulo Ernesto Arrais do. **História da educação no Brasil e a prática docente diante das novas tecnologias**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.19.pdf> Acesso em: 30 abr. 2016.

NISKIER, Arnaldo (org.). **A nova lei da educação**: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica. Rio de Janeiro: s.n. 1996.

OLIVEIRA, Ozerina Victor; KISS, Rita de Cássia Santana. **Educação Integral, Escola de Tempo Integral e Currículo Integrado**: Uma Análise a partir de uma Escola pública. Mato grosso, 2014. Disponível em: < http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_21/artigo_21/119_136.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

PIAGET, Jean. **Sobre a Pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.

PILEETI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID**: ações e reações (1966-1968). Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93369/pina_f_me_assis.pdf?sequence=1> Acesso em : 30 abr. 2016.

PINHO, Sheila Zambello. **Caderno de formação**: formação de professores educação cultura e desenvolvimento.v.1. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/96/1/Caderno_De_Formacao_v1.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

QUEIROZ, Arnaldo Gomes de. **O voto no Brasil**: um direito ou uma obrigação? Disponível em:

<<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/206/1/Monografia%20Arnaldo%20Gomes%20de%20Queiroz.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. 2007. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf> Acesso em: 22 nov. 2015.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fatima Maria. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá. 2. Ed. 2009. Disponível em: <<http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1053.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2016.

SABOTOVSK, Emílio. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2 ed. Curitiba: s.n. 2012.

SILVA, Fábio Regateiro da. **Iluminismo A Revolução Intelectual**. Disponível em: <http://chafic.com.br/chafic/moodle/file.php/1/Biblioteca_Virtual/Temas_educacionais/Iluminismo.pdf> Acesso em: 30 abr. 2016.

SILVA, Maria da Glória Silva e. **Psicologia da educação I**. 2007. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/88262_Maria.pdf> Acesso em: 28 maio 2016.

SILVEIRA, Marcelo. **O Discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais**. Estudo da Retórica e da Argumentação no culto religioso. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde.../TESE_MARCELO_SILVEIRA.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. **Monografias e Teses das normas ao projeto de pesquisa**. 2.ed. Brasília: Consulex, 2013.

TERRENCE, Ana Cláudia Fernandes, FILHO, Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf> Acesso em: 30 abr. 2016

TRINDADE, Diamantino Fernandes Trindade. **Os Caminhos Da Educação Brasileira**. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/gepi/os_caminhos_da_educacao.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2016.

VIEIRA, Suzane da Rocha. **Uma reflexão acerca do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf> Acesso em: 22 abr. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

O presente questionário é parte integrante da pesquisa – graduação em Pedagogia – a cerca do novo modelo de educação atual de uma escola municipal “Escola de Tempo Integral” intitulado “**PERSPECTIVA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE: A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL DO MUNÍCIPIO DE JUÍNA-MT**”, desenvolvido pela graduanda Natanielly de Paula Freitas sob orientação da professora Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite da Faculdades AJES do Vale do Juruena.

Vale destacar que será mantido total sigilo quanto aos dados coletados, sendo os mesmos utilizados somente para fins acadêmicos e de divulgação científica. Em hipótese alguma o nome do respondente será identificado.

Desde já agradeço por dedicar parte de seu tempo para respondê-lo, pois sua participação é fundamental para que a pesquisa se efetive.

Questionários

- 1- Você gosta de estudar na Escola de Tempo Integral: Sim () Não ()
Justifique.

- 2- As oficinas que eram oferecidas no Programa Mais Educação como artesanato, dança, xadrez e violão são trabalhadas na Escola Integral? Quais? Se não você sabe porquê?

- 3- O que você pensa que deveria melhorar para a escola atender melhor seus alunos em tempo integral?

- 4- Os banheiros são adequados para o banho? Você ou seus colegas tomam banho e escovam os dentes no horário que é destinado ao descanso e a higiene?

5- Você se sente cansado estudando sete horas diárias? Sim () Não ()
Justifique.

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado aluno (a),

Eu, Natanielly de Paula Freitas, graduanda na Faculdades AJES do Vale do Juruena, sob a orientação da professora Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite, convido você a participar da pesquisa intitulada: **PERSPECTIVA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE: A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL DO MUNÍCIPIO DE JUÍNA-MT** a qual possui o objetivo de identificar como acontece a Educação de Tempo Integral, bem como espaços adequados e professores capacitados para ofertar as oficinas trabalhadas no Programa Mais Educação. Este é um estudo baseado em uma abordagem Qualitativa “Entrevista” utilizando como método o Questionário.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão analisados e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. O benefício relacionado à sua participação será de contribuir para a ampliação do conhecimento científico na área de pesquisa em Ensino de Ciências.

“Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e terem esclarecidas todas as minhas dúvidas eu, _____ aceito em participar da pesquisa intitulada **“DISCUTINDO A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO MUNÍCIPIO DE JUÍNA-MT”** nas condições mencionadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Em 26 de abril de 2016.

ANEXO C – QUESTIONÁRIO

O presente questionário é parte integrante da pesquisa – graduação em Pedagogia – a cerca do novo modelo de educação atual de uma escola municipal “Escola de Tempo Integral” intitulado **“DISCUTINDO A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO MUNÍCIPIO DE JUÍNA-MT”**, desenvolvido pela graduanda Natanielly de Paula Freitas sob orientação da professora Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite da Faculdades AJES do Vale do Juruena.

Vale destacar que será mantido total sigilo quanto aos dados coletados, sendo os mesmos utilizados somente para fins acadêmicos e de divulgação científica. Em hipótese alguma o nome do respondente será identificado.

Desde já agradeço por dedicar parte de seu tempo para respondê-lo, pois sua participação é fundamental para que a pesquisa se efetive.

Questionários

- 1- Qual sua visão sobre a Escola de Tempo Integral? Você acredita que esse modelo está dando certo?

- 2- Você sabe qual é a matriz curricular da Escola de Tempo Integral? Ele é trabalhado nessa escola?

- 3- O que você pensa sobre o currículo da Escola de Tempo Integral? Ele está compatível com as oficinas que eram oferecidas nessa escola quando a mesma fazia parte do Programa Mais educação?

- 4- Você acredita que essa escola está apta a trabalhar em tempo integral se levar em consideração a estrutura física, currículo e professores capacitados para atender essa demanda?

-
-
-
- 5- Quais foram os avanços ou retrocessos que você observou durante a implantação da escola integral?

-
-
-
- 6- Em sua opinião a razão dos alunos do oitavo ano/2015 não terem renovado suas matrícula é devido ao tempo que os mesmos têm que passar na escola sem terem acesso a lazer e cultura?

-
-
-
- 7- A evasão escolar diminui com a Escola Integral?

() Sim () Não

- 8- Os pais de alunos concordaram com a Escola de tempo Integral?

() Sim () Não

- 9- Você acredita que a escola integral tem alcançado o sucesso almejado pelo governo federal ao implanta-lo?

() Sim () Não

- 10-O rendimento dos alunos caiu após a implantação da Escola de Tempo Integral?

() Sim () Não

- 11- A Escola de Tempo Integral está formando cidadãos para vida profissional e pessoal, assim como relata em seus documentos de apresentação?

() Sim () Não

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Professor (a),

Eu, Natanielly de Paula Freitas, graduanda na Faculdades AJES do Vale do Juruena, sob a orientação da professora Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite, convido você a participar da pesquisa intitulada: " **PERSPECTIVA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE: A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL DO MUNÍCIO DE JUÍNA-MT**" a qual possui o objetivo de identificar como acontece a Educação de Tempo Integral, bem como espaços adequados e professores capacitados para ofertar as oficinas trabalhadas no Programa Mais Educação. Este é um estudo baseado em uma abordagem Qualitativa "Entrevista" utilizando como método o Questionário.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão analisados e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. O benefício relacionado à sua participação será de contribuir para a ampliação do conhecimento científico na área de pesquisa em Ensino de Ciências.

"Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e terem esclarecidas todas as minhas dúvidas eu, _____ aceito em participar da pesquisa intitulada "**PERSPECTIVA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE: A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL DO MUNÍCIO DE JUÍNA-MT**" nas condições mencionadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Em 26 de abril de 2016.

ANEXO E – QUESTIONÁRIO

O presente questionário é parte integrante da pesquisa – graduação em Pedagogia – a cerca do novo modelo de educação atual de uma escola municipal “Escola de Tempo Integral” intitulado “**PERSPECTIVA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE: A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL DO MUNÍCIPIO DE JUÍNA-MT**”, desenvolvido pela graduanda Natanielly de Paula Freitas sob orientação do professor Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite da Faculdades AJES do Vale do Juruena.

Vale destacar que será mantido total sigilo quanto aos dados coletados, sendo os mesmos utilizados somente para fins acadêmicos e de divulgação científica. Em hipótese alguma o nome do respondente será identificado.

Desde já agradeço por dedicar parte de seu tempo para respondê-lo, pois sua participação é fundamental para que a pesquisa se efetive.

Questionário

1- Quanto tempo o Programa Mais Educação precisa ser desenvolvido na escola para poder se efetivar como Escola de Tempo Integral?

2- O currículo da Escola de Tempo Integral é definido por quem? Quais os critérios para essa definição?

3- Porque as oficinas trabalhadas na escola quando a mesma fazia parte do Programa Mais Educação não acontece na Escola de Tempo Integral?

- 4- A escola em questão está apta a receber seus alunos em tempo integral? Sua estrutura física é compatível com o Programa do Governo Federal? Justifique.

- 5- Qual seu olhar mediante a real situação vivenciada pelos professores e alunos na Escola de Tempo Integral? O que é preciso ser feito para que a Escola de Tempo Integral alcance os objetivos e metas proposta na sua teoria?

- 6- Quais as metas do Governo Federal ao implantar a Escola de Tempo Integral? Ele transfere alguma verba para a escola?

ANEXO F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Professor (a),

Eu, Natanielly de Paula Freitas, graduanda na Faculdade AJES do Vale do Juruena, sob a orientação da professora Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite, convido você a participar da pesquisa intitulada: "" a qual possui o objetivo de identificar como acontece este a Educação Integral, bem como espaços adequados e professores capacitados para ofertar as oficinas trabalhadas no Programa Mais Educação. Este é um estudo baseado em uma abordagem Qualitativa “Entrevista” utilizando como método o Questionário.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão analisados e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. O benefício relacionado à sua participação será de contribuir para a ampliação do conhecimento científico na área de pesquisa em Ensino de Ciências.

“Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e terem esclarecidas todas as minhas dúvidas eu, _____ aceito em participar da pesquisa intitulada **“PERSPECTIVA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE: A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL DO MUNÍCIOPI DE JUÍNA-MT”** nas condições mencionadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Em 26 de abril de 2016.